



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

Voluntariado Universitário: a Solidariedade nos Corredores de uma Faculdade

Sofia Patrícia Bento Ramos

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Alcides Monteiro

Covilhã, outubro 2012

Agradecimentos

A realização desta dissertação é sem dúvida o término de uma importante etapa a nível académico e pessoal. Nesse sentido, não poderia deixar de agradecer a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador o Professor Doutor Alcides Monteiro, não só pela ajuda e apoio prestados na prossecução da dissertação, mas também pela total disponibilidade que sempre mostrou em me auxiliar e pelas palavras de incentivo e motivação em momentos de maior tensão.

No âmbito da pesquisa empírica agradeço a todos os professores e alunos da Universidade da Beira Interior (UBI) solicitados a colaborar nesta investigação. Aos professores pela disponibilidade prestada nas suas aulas para a aplicação do questionário, e aos alunos por terem acedido ao meu pedido e responderem ao inquérito. A todos o meu muito obrigado, pois sem a vossa colaboração a investigação não seria possível.

À minha família, em especial aos meus pais que sempre apoiaram as minhas decisões e tudo fizeram para que eu cumprisse esta etapa. Obrigado pela oportunidade que me deram.

Por fim, mas não menos importante, a todas as pessoas que fizeram parte do meu percurso académico e que o tornaram sem dúvida alguma inesquecível, uma etapa que irei recordar sempre com muitas saudades.

A todos os meus amigos que sempre me apoiaram e acreditaram em mim, cada um à sua maneira deram-me força para continuar e nunca desistir. Obrigado por estarem comigo quando o cansaço, as noites mal dormidas e até a falta de paciência tomavam conta de mim.

Da UBI levo as melhores recordações dos últimos cinco anos, desde o primeiro dia como caloiira até hoje, o dia em que se vira a página do último capítulo desta pequena “história”.

Resumo

O voluntariado foi escolhido como mote para a presente investigação, nomeadamente aquele que é exercido por estudantes do ensino superior. Para que a análise seja o mais completa possível, torna-se pertinente elucidar o leitor para a realidade do trabalho voluntário não só a nível nacional mas também em contexto europeu. Por fim, a análise teórica direccionar-se-á para o objetivo desta dissertação, o estudo do voluntariado universitário.

A investigação empírica irá decorrer em pleno contexto académico, através da auscultação dos alunos que integram o primeiro e o terceiro ano do 1º ciclo de estudos da Universidade da Beira Interior (UBI), na tentativa de encontrar não só os voluntários mas também aqueles que em nada estão ligados a este domínio.

Será a socialização uma forte motivação para o início do trabalho voluntário? Que benefícios pretendem os jovens adquirir com a sua ação enquanto voluntários? Em que aspetos estarão os voluntários e os não voluntários em concordância? E o percurso académico inibe ou potencia o trabalho voluntário? Estas são algumas das questões desmistificadas mais à frente.

Palavras-chave

Voluntariado; voluntariado jovem; solidariedade; motivação; altruísmo; etc.

Abstract

The volunteering was the chosen topic for the present investigation, in particular the one that is exercised by students in higher education. For a more complete analysis, it is necessary to elucidate the reader about the volunteering work not only in a national way but also, European way. Finally the theoretic analysis will focus in the volunteering practiced by the university.

The empirical research will happen in the academic context, by means of a questionnaire for students of first and third years of the first academic cycle of studies from University of the Beira Interior (UBI), in attempt to identify the students that are volunteer and those who aren't.

Is the socialization a very important motivation for the beginning of the volunteer work? What benefits can young people obtain from the volunteering action? In what ways are volunteers and not volunteers in agreement? And if the academy inhibits or enhances the volunteer work. These are some of the issues demystified ahead.

Keywords

Volunteering; Young Volunteering; Solidarity; Motivation; Altruism.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Lista de Figuras	xii
Lista de Tabelas.....	xiv
Lista de Gráficos	xvi
Lista de Acrónimos	xviii
Introdução	1
Parte I - Enquadramento Teórico.....	3
CAPÍTULO I: Voluntariado	3
1.1. O que se entende por voluntariado?	3
1.2. O voluntariado na União Europeia.....	4
1.3. Que motivações se encontram na base do voluntariado?	6
CAPÍTULO II: Voluntariado em Portugal	9
2.1. Tipos de voluntariado, voluntários e áreas de intervenção.....	10
2.2. Princípios Legislativos do Voluntariado em Portugal	13
CAPÍTULO III: Voluntariado Universitário.....	14
3.1. Que papel desempenha a Universidade atualmente?	14
3.2. Voluntariado universitário	15
Parte II - Pesquisa Empírica	20
CAPÍTULO IV: Do problema à metodologia de investigação	20
4.1. Definição do problema	20
4.3. Hipóteses	21
4.4. Modelo de Análise	23
4.5. Processo Metodológico	23
4.5.1. Construção do Questionário.....	24
4.5.2. Caracterização do universo a estudar	25
• A Universidade da Beira Interior (UBI)	25
CAPÍTULO V: Apresentação e Análise de Dados	28
5.1. Inquéritos por questionário	28
5.2. Perfil dos inquiridos face ao voluntariado	31
5.2.1. Voluntários.....	31
5.2.2. Já foram voluntários	34

5.2.3. Nunca fiz voluntariado	40
5.3. Motivações do trabalho voluntário	41
5.4. Áreas de atuação do voluntariado.....	44
5.5. Opinião dos inquiridos face ao voluntariado.....	47
CAPÍTULO VI: Discussão dos resultados	50
6.1. Confirmação das hipóteses	51
CAPÍTULO VII: Considerações Finais.....	53
Bibliografia	56
ANEXOS.....	62
Anexo I - Inquérito por Questionário aos discentes da UBI	63
Anexo II - Legislação	69
5694 DIÁRIO DA REPÚBLICA – I SÉRIE-A N.º 254 – 3-11-1998	69
6694 DIÁRIO DA REPÚBLICA – I SÉRIE-A N.º 229 – 30-9-1999	72

Lista de Figuras

Figura 1: Tipologia do voluntariado.....	10
Figura 2: Representação gráfica da hipótese nº1	21
Figura 3: Representação gráfica da hipótese nº2	22
Figura 4: Representação gráfica da hipótese nº3	22
Figura 5: Representação gráfica da hipótese nº4	22
Figura 6: Representação gráfica do modelo de análise	23

Lista de Tabelas

Tabela 1: Composição das Faculdades da UBI - Ano Letivo 2011/2012.....	26
Tabela 2: Descrição do número de alunos existente em cada curso - Ano Letivo 2011/2012 .	27
Tabela 3: Perfil Sociográfico dos inquiridos	29
Tabela 4: Distribuição por género face ao voluntariado	30
Tabela 5: Percurso dos voluntários: início, frequência e local onde exercem a sua atividade	31
Tabela 6: Distribuição dos voluntários desde que iniciaram a sua prática pela frequência com que a exercem.	32
Tabela 7: Distribuição dos voluntários de acordo com a influência exercida pelo ingresso no ensino superior	35
Tabela 8: Influência do percurso académico no voluntariado.....	35
Tabela 9: Frequência com que os voluntários exercem a sua atividade	37
Tabela 10: Frequência com que os indivíduos que já fizeram voluntariado o exerciam	38
Tabela 11: Local onde o indivíduo realiza/realizava voluntariado.....	39
Tabela 12: Opinião dos inquiridos face à afirmação apresentada.....	39
Tabela 13: A socialização contribui positivamente para o início da prática voluntária.	43
Tabela 14: Afirmações apresentadas aos inquiridos	47
Tabela 15: Resultados das Hipóteses	51

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Distribuição das idades dos inquiridos.....	29
Gráfico 2: Distribuição da Amostra	30
Gráfico 3: Distribuição dos benefícios mais importantes decorrentes do voluntariado	33
Gráfico 4: Argumento usado para convencer alguém a tornar-se voluntário.....	33
Gráfico 5: Motivo pelo qual o indivíduo deixou de fazer voluntariado	34
Gráfico 6: Exercia trabalho voluntário numa instituição.....	36
Gráfico 7: Com que frequência realizava o trabalho voluntário.....	36
Gráfico 8: Motivo pelo qual nunca fez voluntariado	40
Gráfico 9: Motivações dos voluntários para o exercício da sua atividade (n=26).	41
Gráfico 10: Motivações para o voluntariado segundo os ex-voluntários (n=56)	42
Gráfico 11: Motivações para o voluntariado segundo aqueles que nunca foram voluntários (n=102)	42
Gráfico 12: Principais áreas de atuação dos voluntários.....	44
Gráfico 13: Áreas de atuação onde os voluntários também gostariam de exercer o seu trabalho	45
Gráfico 14: Principais áreas onde os ex-voluntários exerciam a sua atividade	45
Gráfico 15: Principais áreas onde os indivíduos que nunca fizeram voluntariado gostariam de o fazer.	46
Gráfico 16: Áreas onde é pertinente a ação do voluntariado (n=191)	46
Gráfico 17: Respostas dadas às afirmações.....	48

Lista de Acrónimos

CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CNPV - Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPC - Instituto Politécnico da Covilhã

IPJ - Instituto Português da Juventude

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

IUBI - Instituto Universitário da Beira Interior

OEFP - Observatório do Emprego e Formação Profissional

ONGD - Organização Não Governamental de Desenvolvimento

UBI - Universidade da Beira Interior

UE - União Europeia

Introdução

O voluntariado não é de todo uma realidade nova na sociedade moderna, assim, dissertar sobre a sua ação no contexto atual implica abordar uma série de fatores que influenciam de forma direta ou indireta a sua atuação. Deste modo a presente dissertação assume como objetivo principal o estudo do voluntariado em contexto universitário. A análise terá como linha de orientação o pensamento dedutivo, ou seja, partir-se-á dos aspetos mais gerais que dizem respeito à prática do voluntariado para que posteriormente se dê especial enfoque àquele que é o objetivo desta investigação - o voluntariado universitário.

A fim de estabelecer uma lógica coerente entre os aspetos que serão desenvolvidos mais à frente o enquadramento teórico estará dividido em três capítulos e cada um deles subdividido em tópicos. De forma mais detalhada, a análise inicia-se através da contextualização breve e generalizada do que se entende por voluntariado e quais as dinâmicas que estão ao seu redor e que contribuíram de alguma forma para o seu desenvolvimento. Quer isto dizer, que ao abordar esta temática não podem ser deixados à margem aspetos fulcrais como o contexto em que este se desenvolve, quais os grupos-alvo, quem o pratica, que motivos levam à sua prática, que tipo de voluntariado é exercido, quais os princípios legislativos e que organizações regulam e coordenam esta atividade. Catarina Ferreira (2008:24) cita Roque Amaro quando o autor afirma que “*o voluntariado é um fenómeno socialmente necessário*”, então será legítimo no âmbito da análise empírica perceber que papel assume o voluntariado atualmente, no sentido em que, como se poderá constatar mais adiante a percentagem respeitante à prática do voluntariado em Portugal é ainda bastante residual. Assim, será esta prática efetivamente necessária ou em oposição a sua ação não é tao relevante como se possa pensar?

Em seguida será elaborada e explicitada a caracterização do trabalho voluntário em Portugal. Quais os grupos mais participativos, em que domínios exercem a sua ação, qual o papel do Estado no seu desenvolvimento e por fim, que legislação vigora atualmente acerca desta temática. O conceito de voluntariado é passível de alguma discussão aquando da sua definição, dando origem a conceções divergentes, no sentido em que a sua interpretação é influenciada pelo contexto em que este se insere. Por exemplo se, compararmos os países do norte da Europa com os do sul europeu, o que se verifica é que os primeiros assumem maiores índices de participação do que os segundos no que respeita à ação voluntária. Os níveis de participação podem em grande medida ser explicados através da perceção que os próprios indivíduos detêm desta prática. A discrepância nas definições surge ainda do facto de na realidade por vezes, não se saber de forma clara o que é considerado efetivamente como voluntariado. Por fim, no que respeita à teorização da temática será dada ênfase à ação voluntária em contexto universitário. Será este um forte impulsionador ou em oposição um fator determinante para a não participação nas redes de voluntariado?

É portanto perceptível, que abordar a temática do voluntariado engloba uma série de fatores que influenciam direta ou indiretamente a sua ação desde que o indivíduo inicia a

procura de informação acerca disso até à sua tomada de decisão para se tornar voluntário numa organização específica. A determinação em tomar contacto com esta realidade pode resultar de elementos como por exemplo, a socialização recebida ao longo da infância, a experiência de um familiar, a influência do grupo de pares, os seus interesses pessoais ou simplesmente querer ocupar o tempo-livre de forma útil. Este é pois um dos pontos fortes de qualquer investigação acerca do voluntariado, no sentido em que, as motivações inerentes ao trabalho voluntário e a sua prática são indissociáveis. Deste modo, as motivações intrínsecas à prática do voluntariado determinam em grande medida a área onde este irá atuar. Essa escolha baseia-se não só nas suas aptidões pessoais, mas também, naquilo que o voluntário pretende adquirir através da sua experiência. Este aspeto será focalizado mais adiante aquando da abordagem das motivações e benefícios resultantes do trabalho voluntário.

O voluntariado atua sob diversos âmbitos e de diferentes formas, adaptando-se às necessidades sentidas pela sociedade, no sentido em que a realidade social não é estanque e como tal as questões a serem colmatadas também não o são. Cabe pois ao voluntário decidir com que frequência pratica voluntariado, já que este pode envolver “ (...) *tanto uma dedicação regular e continuada como uma participação esporádica em determinadas atividades da instituição*” (Almeida e Ferrão 2001:106) Quanto à forma este pode ser exercido de modo formal ou informal, ainda que a legislação em vigor não contemple o segundo no seu teor, como se poderá ver mais à frente.

Atualmente a ação voluntária resulta de uma parceria estabelecida entre o Estado e a Sociedade Civil na tentativa de juntos conseguirem encontrar respostas adequadas e exequíveis para as realidades vigentes.

Parte I - Enquadramento Teórico

CAPÍTULO I: Voluntariado

O que se pretende com o presente capítulo é em primeiro lugar, definir o conceito de voluntariado e em seguida elucidar para o seu papel no contexto da União Europeia. Por fim, serão apresentadas as motivações inerentes à sua prática.

1.1. O que se entende por voluntariado?

De acordo com o que foi referido anteriormente, a prática denominada por voluntariado não é de todo uma realidade nova na sociedade contemporânea, contudo tem sofrido alterações ao longo do seu percurso de forma a corresponder às carências exigidas pela sociedade. Neste sentido, Marisa Ferreira (2008:5) recorre aos autores Wilson e Pimm, para elucidar que o voluntariado não pode ser apontado como um fenómeno recente dado que desde muito cedo existem organizações que sobrevivem com base no trabalho voluntário. Este desenvolve-se atualmente no seio de organizações e instituições do terceiro setor as denominadas IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social e atua em diversos âmbitos indo muito além do combate à pobreza, em oposição ao seu objetivo inicial.

O voluntariado tem sido estudado por diversas áreas nomeadamente a Sociologia e a Psicologia Social. De acordo com Wilson in Moniz e Araújo (2008:150) *“do ponto de vista sociológico, estuda-se o voluntariado e as suas relações com instituições sociais, fatores demográficos, relações com o grupo familiar e com a religião”*. No que concerne à área da psicologia social esta direciona o seu campo de análise para aquilo que denomina como comportamentos pró-sociais, no sentido, em que entende o voluntariado como uma ação feita de forma individual ou em grupo tendo em vista o benefício de terceiros.

Importa antes de mais definir então o conceito de voluntariado, ainda que seja gerada alguma discussão em torno deste, dado que nem todos os autores são unânimes quanto a isso e os próprios indivíduos não sabem distinguir de forma clara o que é, e o que não é voluntariado. Segundo os autores Cnaan, Handy y Wadsworth in Chacón e Vecina M.L. (2002:24) a dificuldade em definir o conceito de voluntariado reside no facto de este ser associado a atividades não remuneradas o que origina em certas circunstâncias dificuldades em perceber o que é considerado como trabalho voluntário. John Wilson refere que por voluntariado se entende *“qualquer atividade não remunerada em benefício de outra pessoa, grupo ou causa”* (in Catarina Ferreira 2008:29). Outro dos fatores apresentado como dificuldade na sua definição reside na influência exercida pelo contexto onde a ação voluntária se desenvolve.

A União Europeia define então, o voluntariado como o “*meio de formação e aprendizagem para a integração no mercado de trabalho e como via de expressão da cidadania e participação ativa*” (in Almeida e Ferrão 2001:39). O State of the World’s - Volunteerism Report (2011)¹, corrobora a posição atrás descrita ao considerar que o voluntariado pode ser encarado como o meio pelo qual os indivíduos não só assumem o controlo da sua própria vida mas também fazem a diferença no quotidiano de quem os rodeia.

O voluntariado em Portugal encontra-se legislado desde 1998 pela lei 71/98 de 3 de novembro, assim no artigo 2º pode ler-se que o voluntariado é “*o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas*” (in Diário da República I - Série - A, nº254 - 3 de novembro de 1998). É ainda de ressaltar que a presente lei não engloba o que é denominado como voluntariado informal, ou seja, todas as ações baseadas em relações de vizinhança, amizade e até família.

Em síntese, é possível destacar os elementos comuns e que de certa forma formulam o conceito de voluntariado. Assim, conclui-se que os aspetos caracterizadores do trabalho voluntário remetem para uma escolha livre e autónoma, exercido de forma gratuita, sem imposição de horários e duração temporal e sempre a favor de terceiros.

1.2. O voluntariado na União Europeia

Tendo em conta que no capítulo seguinte será feita a caracterização do voluntariado em contexto nacional, importa antes de mais apresentar alguns dados relativos a essa prática no âmbito da União Europeia. De referir, que os valores percentuais apresentados correspondem à Europa dos 27 e são provenientes de um inquérito elaborado pelo Eurobarómetro 75.2 em 2011.

Segundo Chacón e Vecina M.L. (2002:9) a nível europeu o voluntariado nos vários países é visto como “*um fenómeno social crescente, que persegue objetivos e estratégias comuns, contudo assumem algumas diferenças entre eles*”. Essas discrepâncias são visíveis por exemplo quando se abordam os níveis de participação nas redes de voluntariado. Ainda assim, segundo a investigação “Voluntariado em Portugal” referida pelo semanário Sol² na sua edição de 29 de novembro de 2011 constata-se que “*na última década, se assistiu na União Europeia (UE) a um aumento quer do número de voluntários, quer do número de organizações promotoras de voluntariado*”.

De acordo com os dados apresentados pelo Eurobarómetro 75.2 (2011), em termos gerais estima-se que a percentagem de europeus envolvidos no voluntariado ronde os 24%,

¹ Relatório sobre o estado atual do voluntariado editado em 2011, disponível em <http://www.google.pt/search?ix=heb&sourceid=chrome&ie=UTF-8&q=pdf>

² É possível consultar a edição on-line através do endereço <http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content id=34998>

sendo que 11% a título regular e os restantes 13% de forma ocasional. É pois certo que esta permanência diverge ao se estabelecer uma comparação entre os vários Estados-Membros, assim sendo, o maior envolvimento no voluntariado encontra-se nos Países Baixos e na Dinamarca, 57% e 43% respetivamente. Nos patamares mais inferiores encontram-se países como a Bulgária e Portugal com 12%, ou seja, metade da média europeia. De salientar que a Polónia apresenta apenas 9% de participação no voluntariado, situando-se assim abaixo da média encontrada no conjunto dos 27.

A análise sociodemográfica efetuada no mesmo Eurobarómetro 75.2 (2011) revelou, que as variáveis género e idade em nada interferem na decisão de um indivíduo se tornar voluntário, contudo, denota-se uma participação mais elevada por parte dos sujeitos com habilitações literárias mais elevadas. É também nos meios rurais e nas cidades de menores dimensões que se encontram níveis mais elevados de trabalho voluntário, que em boa medida podem resultar das relações de proximidade e entreajuda estabelecidas pelos indivíduos. Na situação face ao emprego denota-se um maior envolvimento nas práticas voluntárias por parte dos reformados (22%), seguidos pelos desempregados com apenas 17%.

Relativamente aos domínios preferenciais para exercer voluntariado, os inquiridos apontam em primeiro lugar os clubes desportivos ou as associações que promovam atividades ao ar livre, ainda que com menor percentagem as organizações de beneficência e apoio social sejam também apontadas como escolhas importantes. Portugal insere-se na linha dos países que selecionaram as associações culturais como o domínio eleito para exercer voluntariado com 27% de respostas nesse sentido, sendo também a perspetiva apontada pelos indivíduos com um nível de instrução mais elevada. No entanto, a solidariedade e a ajuda humanitária são os campos de ação colocados em primeiro lugar, seguidos da área da saúde como âmbitos em que o voluntariado também desempenha um papel importante.

O presente estudo revela ainda uma tendência importante no seio dos jovens, ao referir que para eles o voluntariado tem um papel preponderante nas áreas da educação e do meio ambiente. A probabilidade de se valorizar a solidariedade e a ajuda humanitária como importantes domínios, abrangidos pelo voluntariado é maior nos jovens que detêm habilitações mais elevadas.

Como se verá mais adiante o trabalho voluntário resulta das motivações que os stakeholders apresentam para a sua prática mas também dos benefícios que eles próprios pretendem adquirir com essa ação. Deste modo, quando questionados sobre as mais-valias que esperam obter para si próprios através do voluntariado, os inquiridos salientaram aspetos como o desenvolvimento pessoal, a aquisição de conhecimentos e competências que posteriormente facilitem a integração no mercado laboral. Saliente-se ainda *“que a perceção dos benefícios do voluntariado não difere grandemente entre os inquiridos que estão envolvidos numa atividade voluntária e aqueles que não estão”* (Eurobarómetro 75.2 (2011:17)).

Em jeito de conclusão, relativamente ao voluntariado no contexto europeu é possível constatar que a maior franja de voluntários se encontra na faixa etária igual ou superior aos

20 anos de idade (32%)³, e que a percentagem de estudantes a exercer voluntariado ronda os 26%⁴. O voluntariado é então uma realidade vigente na União Europeia ainda que os índices de participação em alguns países sejam inferiores à média estabelecida na Europa dos 27.

De acordo com o Manifesto sobre o voluntariado na Europa, elaborado pelo European Volunteer Centre (2006:5), o trabalho voluntário é visto como forma “*de integração e inclusão social que contribui para uma sociedade coesa, criando laços de confiança e solidariedade e, por conseguinte, capital social*”. É ainda sublinhado o papel do voluntariado para o despontar de soluções no combate aos problemas sociais emergentes, realçando o facto de este se tornar numa mais-valia não só para obtenção de emprego, mas também na possível criação de novas oportunidades de empregabilidade.

1.3. Que motivações se encontram na base do voluntariado?

Abordar a temática do voluntariado sem referir as motivações inerentes à sua prática é de todo impossível, no sentido em que são elas as responsáveis pela decisão de todo e qualquer indivíduo se tornar voluntário. Contudo, quando se fala em motivações é preciso ter em conta que estas podem surgir de diferentes modos, através da socialização ao longo da infância, da influência do grupo de pares, do exemplo de um familiar, da escolarização, entre outros. De acordo com as motivações do voluntário este decide em que domínio pretende atuar, é pois certo que tal como a própria sociedade também os âmbitos de atuação do voluntariado evoluíram e, não são hoje os mesmos que eram inicialmente.

Rubin e Thorelli in Moniz e Araújo (2008:150) “*destacam que as motivações para tornar-se voluntário se distribuem ao longo de um contínuo entre dois pólos: o altruísmo absoluto e o egoísmo absoluto*”. Como se pode ver, os autores estabelecem um percurso alicerçado em dois extremos e sendo essa uma realidade a nível prático impossível no âmbito social opta-se segundo eles, pela “*noção de altruísmo-relativo em que os comportamentos serão julgados mais ou menos altruístas dependendo do grau em que foram motivados pela expectativa de benefícios*”.

Iniciando a análise pelas motivações de carácter altruísta, os autores Chacón e Vecina M.L. (2002) citam Comte quando este refere que o conceito de altruísmo diz respeito “*à consideração, interesse e afeto por outra pessoa em oposição ao amor-próprio ou egoísmo*”. Esta posição proporcionou alguma discussão em torno do conceito de voluntariado no sentido em que, se põe em questão o facto da prática voluntária não ser puramente altruísta e ter por trás outras motivações, que vão certamente ao encontro dos benefícios que se pretende adquirir com essa ação. Por exemplo um estudante que esteja a terminar o seu curso e se encontre em período de férias, pode efetivamente integrar uma organização relacionada com

³ Dados passíveis de serem consultados no Eurobarómetro 75.2 (2011) especial do Parlamento Europeu 75.2

⁴ Idem.

a sua área de formação a fim de ocupar o seu tempo-livre mas também de ganhar experiência profissional.

Neste sentido *“o voluntariado pode servir diferentes funções pessoais, sociais e psicológicas para um mesmo indivíduo ou para indivíduos diferentes”* (Moniz e Araújo, 2008:150). O autor Smith advoga que *“a motivação altruísta era insignificante para explicar os vários aspetos do voluntariado”* (in Chacón e Vecina M.L. 2002:39), pois esta baseia-se predominantemente no benefício de terceiros, esquecendo ou anulando as gratificações que o voluntário pode retirar da sua ação. Esta posição induziu a alguma discussão, pois as motivações de caráter egoísta, ou seja, aquelas em que o sujeito valoriza de forma substancial as contrapartidas que pode adquirir com a sua participação no voluntariado são apresentadas como fundamentais na decisão em tornar-se voluntário. Quer isto dizer, que face ao voluntariado os indivíduos podem assumir uma postura idêntica baseada em motivações distintas. O sujeito pode ainda apresentar como justificação para a prática do voluntariado tanto motivações altruístas (heterocentradas) como motivações egoístas (autocentradas), por exemplo ao mesmo tempo que quer sentir-se útil e fazer algo mais pela comunidade onde se encontra inserido, vê no voluntariado uma forma de elevar o seu estatuto social e ser reconhecido pelo seu trabalho.

No entanto, o facto de os indivíduos assumirem que a sua ação voluntária tem na base motivações egoístas induziu à troca de opiniões divergentes face à temática, entre os vários autores que se dedicaram ao seu estudo. No que respeita a este aspeto são apresentadas posturas distintas, ora se por um lado se considera que o trabalho voluntário não deve trazer qualquer benefício para quem o pratica, por outro defende-se que sempre que o valor da atividade em causa seja menor que os serviços prestados, o voluntário deve efetivamente ser recompensado. Neste contexto *“as aproximações mais puristas argumentam que as abordagens não devem contemplar qualquer tipo de reforço, ou mesmo interesse particular pela atividade voluntária”* (Chacón e Vecina M.L. 2002:25). Opondo-se claramente a esta perspetiva surgem as ONGD - Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento. Dado que a sua ação se desenvolve maioritariamente em países que não os de origem do voluntário durante um período de tempo mais longo, estas auferem aos voluntários uma bolsa que garanta a sua subsistência bem como as suas despesas pessoais durante a sua permanência nesse local. Ressalve-se ainda que, o facto de ser concedida ao voluntário uma gratificação que reforce os gastos deste em meios de transporte ou em refeições, pode sem dúvida tornar-se num reforço positivo para que mais voluntários integrem a instituição em questão.

Assim, *“quanto maiores os benefícios para o voluntário (...) mais prolongada será a sua permanência na atividade”* (Moniz e Araújo 2008:150). De acordo com D’Braunstein & Ebersole, Rubin & Thorelli, a gratificação voluntária pode ser dividida em quatro categorias *“(a) benefício coletivo, caracterizado pelo esforço para beneficiar grupos pequenos ou grandes; (b) incentivo seletivo, representado pela obtenção e prestígio social, prazer e realização; (c) aumento do capital humano, que envolve educação ou atividade que*

incrementam habilidades (...); (d) motivações altruístas, entendidas frequentemente como um autossacrifício sem aparente recompensa pessoal” (in Moniz e Araújo 2008:150).

Conclui-se portanto que as motivações para a prática do voluntariado podem de forma sucinta ser separadas em dois grupos. O primeiro diz respeito às motivações autocentradas fundamentadas nas mais-valias que o sujeito adquire para si próprio e o segundo, às motivações heterocentradas baseadas nos benefícios que recaem sobre outrem. Ainda assim, são as primeiras que pesam mais na decisão do sujeito, pois são aquelas que se encontram diretamente relacionadas com os seus motivos pessoais.

CAPÍTULO II: Voluntariado em Portugal

Tendo em vista uma melhor caracterização do voluntariado em Portugal, torna-se pertinente abordar aspetos como o tipo de trabalho voluntário realizado; em que áreas é mais fulcral o seu exercício; quais os grupos mais participativos e ainda os princípios legais que gerem e coordenam toda a atividade voluntária.

Antes de se avançar para a análise dos princípios que descrevem o voluntariado português, importa realçar a forma como este se tornou parte integrante das práticas sociais. O voluntariado como já se disse não é um dado novo nas sociedades, e de acordo com a União das Misericórdias Portuguesas⁵ este sempre existiu, “*nuns casos, de maneira dispersa, noutros de forma organizada*”. O trabalho voluntário de forma organizada surgiu com base nas ações assistencialistas e caritativas promovidas pelas Misericórdias com o apoio da Igreja, com o objetivo de atenuar as carências dos mais necessitados. Deste modo, as Santas Casas da Misericórdia podem ser consideradas como as precursoras do voluntariado em Portugal dado que, este “*é uma presença constante na missão das Misericórdias*”.

Mais tarde, como consequência do aumento das questões emergentes, estas associações evoluíram para um novo patamar, dando origem às IPSS, que atualmente assumem um papel bastante relevante no terceiro setor e particularmente na área do voluntariado. Para que se tenha uma noção mais clara acerca disso, a nível nacional existem 5030⁶ Instituições Particulares de Solidariedade Social, e dessas 347⁷ assumem-se como Misericórdias a nível estatutário, de acordo com os dados fornecidos pelo CASES⁸ e pelo INE⁹.

Segundo Almeida e Ferrão (2001), em 1999 Portugal detinha uma taxa de voluntariado que rondava os 16%, bastante inferior aos níveis apresentados em países como a Suécia (68%) e a Dinamarca (56,4%). Ressalve-se que os valores apresentados não refletem o tipo de atividade praticada, mas sim o valor bruto de trabalho voluntário exercido. Tendo em vista o aumento da participação no voluntariado, foi criado em 1999 o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV). A este, “*competete (...) desenvolver as ações indispensáveis à promoção, coordenação e qualificação do voluntariado*” (in artigo 21º do decreto-lei nº389/99, de 30 de setembro). De acordo com Almeida e Ferrão (2001:61), a promoção do trabalho voluntário “*poderia assim passar por uma sensibilização, ao nível das instituições, para os benefícios e mais-valias do voluntariado, desmitificando conceções negativas e incentivando a criação de melhores condições de acolhimento, e ao nível das populações,*

⁵ As informações apresentadas sobre voluntariado de acordo com as informações recolhidas através da União das Misericórdias Portuguesas podem ser consultadas na página web http://voluntariado.ump.pt/ump/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=38

⁶ Estes dados podem ainda ser consultados na página da revista Visão em: <http://visao.sapo.pt/a-forca-do-terceiro-setor=f635589>

⁷ Idem.

⁸ CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social;

⁹ INE - Instituto Nacional de Estatística.

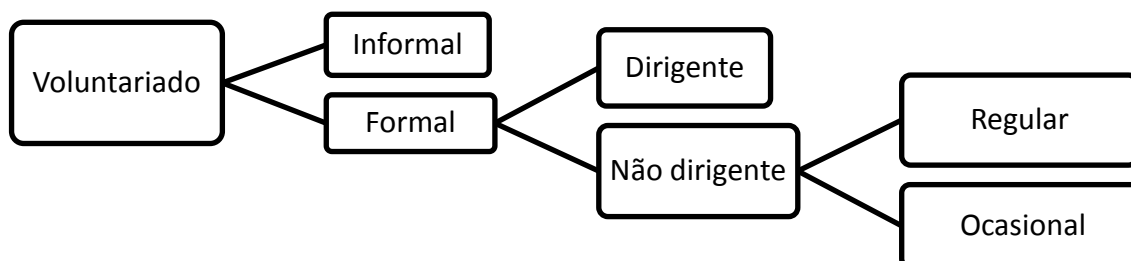
para a importância e necessidade do exercício do voluntariado, divulgando as oportunidades locais existentes”.

Atualmente, as estatísticas mostram que a cultura de voluntariado no contexto nacional é ainda insipiente, pois de acordo com os resultados do Eurobarómetro 75.2 (2011) a sua taxa de participação é de apenas 12 pontos percentuais.

2.1. Tipos de voluntariado, voluntários e áreas de intervenção

O voluntariado assume diversos significados decorrentes do contexto em que se encontra inserido e da influência que este exerce sobre ele. Assim sendo, os indivíduos dispõem não só de áreas diversificadas para exercer voluntariado mas também de diferentes formas de o fazer. De forma sintética, segundo Margarida Rocha (2011:6) o trabalho voluntário no que diz respeito à sua tipologia pode ser dividido em duas categorias, a do voluntariado informal e do voluntariado formal. Este subdivide-se igualmente em dois tipos, ou seja, voluntariado dirigente e não dirigente. O trabalho voluntário não dirigente pode ser exercido de forma regular ou ocasional. Em seguida apresenta-se de forma gráfica o que foi descrito anteriormente.

Figura 1: Tipologia do voluntariado.



Fonte: in Margarida Rocha (2011:6) adaptado de Marisa Ferreira et al.2008

Importa então, definir os conceitos apresentados anteriormente, para que se tenha uma noção clara e precisa do que cada um significa. Neste sentido, por voluntariado informal entendem-se todas as ações praticadas que não estejam vinculadas a uma organização por exemplo, a entajuda a familiares, vizinhos e amigos. Em Portugal, a participação neste tipo de voluntariado ronda os 6,1%, de acordo com o estudo *Voluntariado em Portugal* a que o semanário Sol teve acesso, na sua edição de 29 de novembro de 2011. Em oposição o voluntariado formal é aquele “que ocorre em organizações não lucrativas e traz benefícios

para a comunidade onde se insere e para o próprio voluntário (...) ” (Soupourmas e Ironmonger in Marisa Ferreira et al. 2008:5), atualmente a sua participação situa-se nos 2,9%, de acordo com o estudo atrás mencionado.

O voluntariado dirigente ou de direção como é denominado por Almeida e Ferrão (2001), é aquele em que o sujeito integra os órgãos de gestão e manutenção da própria instituição, estabelecendo não só o número de voluntários necessários, bem como as áreas onde é necessária a sua intervenção. Desta forma o voluntariado de direção funciona como elo de ligação entre o voluntário e o grupo com que este irá interagir. Ressalve-se que este engloba um menor número de participantes. Por oposição, o voluntariado não dirigente ou de execução (Almeida e Ferrão 2001) consiste na ação direta que o voluntário exerce sobre determinado grupo, seja ela realizada de forma regular ou ocasional. Tanto o voluntariado regular como o voluntariado ocasional dizem respeito à periodicidade com que os voluntários exercem a sua atividade na instituição com a qual estabeleceram um compromisso.

De acordo com Pauline e Pauline *“o voluntário de episódio, ocasional ou pontual pode ser definido como um indivíduo que prefere comprometer-se num curto espaço de tempo, ou que prefere tarefas específicas”* (in Margarida Rocha 2011:6). Esta postura é típica dos jovens, nomeadamente estudantes, dado que veem no trabalho voluntário um meio de ocupação para o tempo-livre de que dispõem, designadamente períodos de férias e pausas entre os momentos avaliativos mas não só. A realização de eventos, como os festivais de verão por exemplo, vive cada vez mais da recorrência ao trabalho voluntário, sendo os jovens quem mais adere. De acordo com os dados do OEFP¹⁰, em 2005 a participação anual de voluntários ocasionais por tipo de instituições era o equivalente a 17,6 horas. Por voluntariado regular¹¹ entende-se a ação desenvolvida de forma contínua pelo indivíduo com periodicidade semanal, quinzenal ou mensal. Este é portanto, caracterizado por faixas etárias mais elevadas no que concerne aos seus participantes do que o anterior.

As instituições promotoras de voluntariado são responsáveis por *“ (...) gerir o seu capital de voluntários, distribuir tarefas é medida da disponibilidade e aptidões de cada um, prolongar a permanência dos voluntários proporcionando-lhes condições satisfatórias de trabalho”* (Almeida e Ferrão 2001:115). Os voluntários podem ser caracterizados e distinguidos segundo diversos fatores como tal, na sociedade contemporânea existem grupos que se destacam mais do que outros no exercício do voluntariado. Começando pelas camadas mais jovens da população, estas fazem parte do grupo que pratica trabalho voluntário essencialmente de forma esporádica e ocasional. De referir que esta população é na sua maioria estudante, 10,9% segundo os dados apurados pela ENTRAJUDA¹² em 2010, e tem idade

¹⁰ OEFP - Observatório do Emprego e Formação Profissional

¹¹ Informação disponível em: http://www.cidadesaudavel.cm-viana-castelo.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=105:banco-local-de-voluntariado&catid=1

¹² ENTRAJUDA (2011) - *“é uma instituição particular de solidariedade social, que visa apoiar outras instituições ao nível da organização e gestão, com o objetivo de melhorar o seu desempenho e eficiência em benefício das pessoas carenciadas”* in [http://www.ENTRAJUDA\(2011\).pt/m-1-A_ENTRAJUDA\(2011\).html](http://www.ENTRAJUDA(2011).pt/m-1-A_ENTRAJUDA(2011).html)

igual ou superior aos 18 anos, dado que é a partir daí que a legislação em vigor, permite que se tornem voluntários. Ressalve-se que dos estudantes voluntários, 14,5%¹³ (in ENTRAJUDA (2011)) fazem parte do ensino superior em diferentes especializações técnicas, entre as quais professores, psicólogos, assistentes sociais, gestores, entre outros. No entanto de acordo com Almeida e Ferrão (2001) é possível referir, que nesse ano Portugal se encontrava no mesmo patamar que países como a Espanha e o Canadá no que diz respeito a uma elevada percentagem de voluntários com o ensino superior. Atualmente 30,7%¹⁴ dos voluntários detêm já um curso superior, 39,7%¹⁵ concluíram o liceu e 29,7%¹⁶ possuem o ensino básico, ou seja, a antiga quarta classe. Almeida e Ferrão (2001) referem que os indivíduos que pertencem a um nível socioeconómico mais elevado assumem maior propensão para integrar as redes de trabalho voluntário, do que aqueles que pertencem a classes mais baixas, reforçando desta forma, a perspetiva realçada pelo Eurobarómetro 75.2 (2011). Aí os dados mostram, que são os indivíduos com habilitações mais elevadas quem se mostra realmente mais predisposto a participar no voluntariado.

Em Portugal a área de intervenção primordial do trabalho voluntário refere-se sem dúvida ao domínio dos serviços sociais, tal como nos restantes países do sul europeu, sendo a sua percentagem de 36%, de acordo com os dados apurados pelo Eurobarómetro 75.2 (2011). Neste estudo é ainda possível consultar que, a tendência seguida a nível nacional, remete para que as áreas relacionadas com a solidariedade e ajuda humanitária (48%); a saúde (47%) e a inclusão social de pessoas desfavorecidas (24%) sejam as que merecem mais reconhecimento ao nível do papel desempenhado pelo voluntariado. Na feição oposta surgem domínios como o desporto (2%) e a cultura (3%), contrariando deste modo, a realidade europeia.

De acordo com a variável género é também possível distinguir quais as áreas preferenciais de exercício do voluntariado. O sexo feminino opta pelo voluntariado de execução em IPSS, hospitais e ONGD, ao passo que o sexo oposto se direciona em grande medida para o voluntariado de direção, essencialmente vocacionado para os domínios desportivos. Assim, será possível eleger um voluntário-tipo? Esta é pois, uma questão não consensual, ainda assim estima-se que essa posição possa ser ocupada pelo sexo feminino. Desde muito cedo, a mulher é apontada como predisposta a integrar redes de voluntariado no sentido em que, segundo Malanska sempre foi *“associada aos papéis de mãe e esposa e a personalidade-tipo de cuidado e carinho”* (in Almeida e Ferrão 2001:162). Zweigenhaft, Armstrong, & Quintis defendem que *“o trabalho voluntário feminino parece ter um impacto positivo maior que o dos homens, remetendo ao papel de cuidadora atribuído à mulher”* (in Moniz e Araújo 2008:150). Ainda que não existam registos claros a este respeito, o que se denota é que o voluntário-tipo pertença ao sexo feminino direcionado para a área social,

¹³ Dados passíveis de consulta em

[http://www.ENTRAJUDA\(2011\).pt/pdf/Voluntariado%20em%20Portugal_Jan%202011.pdf](http://www.ENTRAJUDA(2011).pt/pdf/Voluntariado%20em%20Portugal_Jan%202011.pdf)

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

contudo a diferença entre homens e mulheres não é substancial sendo de 56,6% e 56,8% respetivamente, segundo a ENTRAJUDA (2011).

2.2. Princípios Legislativos do Voluntariado em Portugal

Em Portugal, o voluntariado é regulado pelo decreto-lei 71/98 de 3 de novembro que visa não só o seu enquadramento jurídico mas também as bases do seu desenvolvimento. O artigo 2º da presente lei define o voluntariado como “*o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas*” (in Diário da República I - Série - A, nº254 - 3 de novembro de 1998). Denota-se então, que o trabalho voluntário realizado de forma informal não é contemplado pela legislação em vigor.

O artigo terceiro da mesma lei revela que por voluntário se entende aquele “*que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo-livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora*”¹⁷. Tal como já foi dissecado anteriormente, a atitude do voluntário não é totalmente desinteressada dado que as motivações inerentes a essa prática terão sempre como base algum tipo de benefício para o próprio sujeito. Dado que a lei apenas enfatiza a prática do voluntariado formal, que tipo de organizações pode o voluntário integrar? De acordo com a lei vigente, só são consideradas organizações promotoras de voluntariado “*as entidades públicas da administração central, regional ou local ou outras pessoas coletivas de direito público ou privado, legalmente constituídas, que reúnam condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade (...)*” (in artigo 4º da lei 71/98 de 3 de novembro). As instituições referidas pertencem na sua maioria ao terceiro setor de atividade.

A legislação prevê ainda que o exercício da atividade voluntária obedeça a regras, ou seja, os direitos e deveres do voluntário enquanto integrante da organização com quem estabeleceu um compromisso. Sendo que esta terá como função a regulação e gestão não só dos voluntários mas similarmente das atividades que estes vão desenvolver. Considerando-se a ação voluntária como uma atitude exercida de livre e espontânea vontade, a permanência dos voluntários nas instituições depende em grande medida da sua disponibilidade. Como tal, a cessação do trabalho voluntário é também um dos pontos abrangidos pela legislação.

Em síntese, os princípios legais do voluntariado encontram-se outorgados pelo artigo 6º da lei 71/98, definindo que este obedeça aos princípios da “*solidariedade, da participação, da cooperação, da complementaridade, da gratuidade, da responsabilidade e da convergência*”.

¹⁷ Pode ler-se o conceito de voluntário no artigo 3º da lei 71/98 de 3 de novembro, presente no Diário da República - I série - A nº254 - 3 -11 - 1998.

CAPÍTULO III: Voluntariado Universitário

Este é pois o último capítulo no que concerne à contextualização da investigação empírica e pode ser considerado como o culminar dos anteriores, no sentido em que aborda diretamente a problemática escolhida a ser analisada posteriormente. Porém torna-se pertinente elaborar um pequeno enquadramento que mais tarde, permita a comparação entre os dados recolhidos e a perspetiva teórica apresentada.

3.1. Que papel desempenha a Universidade atualmente?

As transformações sociais ocorridas durante o advento da modernidade traduziram-se, em mudanças comportamentais que se repercutem nos dias de hoje. Conjugado com o aumento do nível de vida das famílias e a crescente aposta na educação, os jovens permanecem nos estabelecimentos de ensino até mais tarde e optam por um nível de formação de carácter superior, tendo como propósito garantir o seu futuro profissional. Guerreiro e Abrantes (2004:60) referem que *“os anos 90 em Portugal foram marcados pelo crescimento acentuado do ensino superior, público e privado”*, por oposição à maioria dos países europeus, em que este apogeu aconteceu durante as décadas de 60 e 70.

Como consequência desta massificação, as universidades deixam de ser um espaço dedicado às elites sociais e tornam-se acessíveis às classes emergentes. Contudo, o acesso ao ensino superior tornou-se de certa forma um caminho a seguir no percurso dos jovens, daí que esta etapa da sua vida seja para muitos, *“uma transformação significativa das redes de sociabilidade e dos estilos de vida e, sobretudo, uma enorme abertura de perspetivas face ao futuro”* (Costa e outros in Guerreiro e Abrantes 2004:61). Através do ingresso no ensino superior os jovens anseiam por mais oportunidades a nível profissional do que os seus progenitores, ambicionam uma remuneração mais elevada ao mesmo tempo que estendem as suas redes de sociabilidade. Contudo após a entrada na universidade, o jovem é alvo de diversas transformações como a mudança de cidade, novos colegas, novos professores, um grau de exigência mais elevado e disciplinas com grau de complexidade maior às quais têm de se adaptar num curto espaço de tempo. É pois, nesse período de adaptação que o jovem vai começar a marcar o seu percurso académico enquanto aluno do ensino superior. Nesse sentido, *“a universidade, enquanto instituição educativa, deve contribuir cada vez mais e melhor para o desenvolvimento de recursos humanos, facilitando atitudes, conhecimento e competências nos alunos para estes lidarem adequadamente com os desafios sociais, económicos e políticos do mundo atual e com os que se avizinham num futuro próximo”* (Taveira 2001:65).

O período em que o jovem se encontra a frequentar a universidade assume um carácter de transitoriedade, ou seja, neste percurso o indivíduo prepara-se para a entrada na vida adulta tornando-se mais independente ao mesmo tempo que aprende a trabalhar e a

pensar por si próprio. Desenvolve as suas capacidades intelectuais e sociais ao contactar com diferentes ideais, novas formas de olhar a realidade mas principalmente através das suas experiências pessoais. Quer isto dizer, que à medida que o aluno constrói o seu percurso académico torna-se apto para lidar com as adversidades existentes no mundo do trabalho, mantendo a convicção de que fará parte do futuro da sociedade, e como tal deve unir esforços no sentido de marcar a diferença e ir além das expectativas.

Assim, *“estar na universidade exige a conquista de um espaço social mas também a afirmação de uma mais-valia intelectual e pessoal, através de atitudes e comportamento positivos de trabalho e de relacionamento”* (Taveira 2001:73). Atualmente o jovem vê-se confrontado com um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente, elevando a fasquia aquando dos processos de seleção para um determinado cargo. Neste sentido, os jovens optam em algumas situações pela realização de estágios durante o período de formação, por forma a adquirir experiência profissional. É pois nesta linha que faz sentido introduzir a prática do voluntariado, como uma componente do ensino universitário.

O trabalho voluntário pode em boa medida ser um aspeto a considerar por parte dos discentes, tendo como objetivo adquirir competências e experiência profissional de acordo com a sua área de formação. Acresce ainda o facto de o voluntariado ser considerado como uma mais-valia no curriculum pessoal e académico. Perante isto, Macdonald refere que *“o voluntariado é visto atualmente como um recurso viável no percurso para a aquisição de um emprego”* (in Alaguero 2003:232).

3.2. Voluntariado universitário

Para uma melhor compreensão acerca da temática em questão a análise irá discorrer primeiramente sobre a noção de voluntariado jovem e da forma como o trabalho voluntário em contexto universitário incide nesse âmbito.

Na perspetiva de Santos in Reis (2010:85) *“o voluntariado jovem integra jovens entre os 18 e os 30 anos”*. Em Portugal a entidade responsável por coordenar, executar e avaliar as políticas direcionadas para a juventude, denomina-se por IPJ - Instituto Português da Juventude. Este estabelece como objetivos para a sua ação estimular a participação das camadas mais jovens da população em *“atividades de carácter social, cultural, educativo, artístico, científico e desportivo, mas também incentivar atividades promovidas ou desenvolvidas por associações ou agrupamentos juvenis”*¹⁸. A base do voluntariado jovem ou juvenil, como também pode ser designado, inicia-se na generalidade dos casos pelo associativismo. A importância da integração num grupo é um dos marcos característicos da juventude e do associativismo juvenil. Dado que a participação neste último surge das relações de amizade inerentes para com os membros da associação.

¹⁸ Informação disponível no site http://juventude.gov.pt/FAQ/IPJ/Paginas/resposta_1.aspx

Os jovens têm interesses diversificados que podem ir desde a música, ao meio ambiente, ao desporto ou até à cultura, como tal *“as associações juvenis tendem a ter uma oferta alargada de atividades para além do voluntariado de cariz social”* (Almeida e Ferrão 2001:117), dando origem à atuação dos voluntários em ambientes diferenciados, de acordo com as suas preferências. Este tipo de associações estabelece desde muito cedo uma relação estreita com as escolas e as universidades o que propicia não só o recrutamento de voluntários mas também a divulgação das políticas estatais existentes para esta população.

Reportando aos dados disponíveis pela ENTRAJUDA relativos ao ano de 2010, constatou-se que a fatia de estudantes representava cerca de 10,9%, sendo que desses 14,5% integram o ensino superior numa especialização técnica. Sendo os jovens considerados como o futuro da sociedade atual, começou a perceber-se que um dos caminhos a seguir poderia passar pela aposta no desenvolvimento de ações em que fosse possível uma intervenção maior por parte destes. Foi pois no ano 2000 no âmbito do Serviço Voluntário Europeu (SVE) que surgiu um programa direcionado especialmente para a juventude e que *“permite a jovens voluntários a candidatura a projetos de voluntariado em entidades promotoras noutros países europeus, com a duração de seis meses a um ano, e que proporciona uma bolsa de manutenção, visto que a atividade é realizada a tempo inteiro e fora do país de origem”* (Almeida e Ferrão 2001:155). De salientar que o SVE *“é financiado pela Comissão Europeia e dirige-se a jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos de idade, que sejam residentes legais num dos estados membros da União Europeia, Noruega ou Islândia”* (Alaguero 2003:285).

O voluntariado juvenil é desempenhado de forma ocasional maioritariamente por estudantes, daí que a sua permanência nas instituições que os acolhem seja irregular, no sentido em que estes se servem dos seus tempos-livres para a realização do trabalho voluntário. Assim, as taxas de participação voluntária na juventude podem ser explicadas *“pela variedade de estruturas dirigidas especificamente a esta camada etária (...)”* (Almeida e Ferrão 2001:166).

Elza Chambel¹⁹ numa entrevista ao jornal Diário de Notícias²⁰, referiu que as atividades voluntárias em que os jovens se envolvem de forma maioritária recentemente, dizem respeito a questões relacionadas com o meio ambiente. Em 2005 de acordo com o OEFP, o IPJ dispunha de 80% de jovens voluntários a colaborar nas suas atividades. A participação de estudantes nas redes de voluntariado surge não só, mas principalmente da socialização que recebem ao longo da sua vida desde a infância. A tomada de conhecimento desta realidade através dos pais, dos amigos ou até do próprio estabelecimento de ensino, gera curiosidade e vontade de participar, nem que seja apenas pela experiência de fazer algo diferente. Essa participação inicia-se como já se disse, através da integração numa associação de âmbito local que visa o desenvolvimento da comunidade em que está inserida. No fundo,

¹⁹ Atualmente é a Presidente do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado; Coordenadora do Ano Internacional do Voluntariado junto da Comissão Europeia.

²⁰ Edição de 28 de março 2011

todo este processo de aprendizagem leva a que o jovem se encontre mais predisposto para lidar com realidades adversas que desconhece, a querer fazer algo mais não só por si mas também por aqueles que o rodeiam. Em síntese, é possível dizer que o trabalho voluntário é propiciador não só de benefícios para quem o pratica, mas também para quem o recebe. Neste sentido, o voluntário é incentivado tanto por motivações altruístas como por motivações egoístas.

É fulcral salientar que o envolvimento do sujeito em atividades no ensino escolar anterior à entrada na faculdade é um importante agente de desenvolvimento do voluntariado universitário. Edwards, Mooney e Heald in Rios (2004:16) dão o exemplo das áreas direcionadas para a investigação, em que o discente é solicitado para participar na elaboração de projetos a desenvolver, desde a sua formulação até à aplicação no terreno enquanto permanece na universidade. O voluntariado em contexto universitário elucida para o questionamento do ensino que é dado na própria instituição, ou seja, de que forma o ensino superior no geral e as universidades em particular fomentam a consciência social dos seus discentes, no sentido não só de os alertar mas também de os motivar para a prática do voluntariado?

A este respeito a bibliografia consultada demonstrou que a prática voluntária em contexto universitário deve ser encarada como uma forma de preparação e enriquecimento pessoal do estudante para a vida futura, mas também como um ato de profissionalização das próprias universidades. Ou seja, o que se pretende é o estabelecimento de uma parceria efetiva entre os discentes, a universidade e as organizações que acolhem voluntários. Aqui denota-se a dupla funcionalidade que o estudante vê no voluntariado, por um lado ocupa os seus tempos-livres de forma útil e por outro, adquire experiência profissional e conhecimentos acerca da sua área de formação, que serão valorizados no seu curriculum académico como uma mais-valia na integração no mercado de trabalho.

Campos e Sousa (1999) defendem, que é preciso quebrar o estigma associado às camadas mais jovens da população e deixar que estas sejam parte integrante do meio que os envolve, no sentido de os deixar fazer a diferença. No fundo contactarem com contextos adversos ao seu, terem a noção da realidade que os envolve, para que possam agir de forma diferente. O trabalho voluntário é então visto como refere Sberga in Bohner et al. (2011), como uma alternativa a seguir por todos os jovens que pretendam de alguma forma, tornar o mundo mais justo e igualitário para o bem-estar social. Deste modo, *“a universidade é um local onde a aquisição de conhecimentos permite a formação de conceitos, construção de autonomia e formação dos alunos como cidadãos conscientes”* (Castilho & Castilho in Bohner et al. 2011:558). A educação deve então ser vista como um meio indissociável e intrínseco ao desenvolvimento juvenil atual. No âmbito universitário, o docente deverá incentivar e incutir nos alunos o aperfeiçoamento do pensamento autocritico acerca da realidade vigente, de modo a que estes assumam as suas opiniões e posturas face a um determinado assunto.

Assim, através do voluntariado é possível, *“promover uma cultura de responsabilidade social e cidadania pró-ativa, a par da promoção da excelência na*

qualificação, (...) as instituições de ensino devem participar ativamente na formação dos seus alunos, ou seja, não basta conceder as competências científicas e técnicas específicas de cada área. A meta a alcançar será contribuir para o desenvolvimento integrado de cada estudante enquanto cidadão informado, socialmente responsável e participativo, conhecendo os seus direitos mas não descurando as suas obrigações para o desenvolvimento e sustentabilidade social” (Santos et al. s/d:1).

Depreende-se portanto, que a formação académica e as ofertas dadas pela universidade bem como as exigências do mercado de trabalho devem caminhar em sentidos coincidentes. É pois certo, que não será tarefa fácil, tendo em conta a duração das especializações e as mutações que ocorrem na área laboral. Na conceção de Santos et al. s/d:3, *“o voluntariado resulta, por isso, numa estratégia eficaz e eficiente, permitindo uma aprendizagem em ambiente real, durante períodos limitados, nos quais os alunos estão em espaços profissionais ou contextos sociais, consolidando conhecimentos e testando hipóteses, refletindo sobre as ações desenvolvidas, o que permite a todos os stakeholders uma capacidade efetiva e continua de avaliar os resultados obtidos na formação (...)”*.

Callejo defende que o conceito de voluntariado difere em larga escala do conceito de trabalho e de emprego, dada a sua característica definitiva de gratuidade, contudo, é visto *“cada vez mais para os jovens como uma estratégia generalizada de produção e integração no mercado de trabalho”* (in Alaguero 2003:232). A presente afirmação ilustra, de facto a realidade de muitos jovens universitários aquando do término da sua formação. As universidades para além de estimularem o desenvolvimento intelectual e habilitacional dos seus discentes, são também um veículo promotor de desenvolvimento da própria comunidade onde estão inseridas. Nesse sentido, *“o movimento voluntário universitário constitui um veículo privilegiado para a disseminação de conhecimentos, para a conversão destes em ações concretas e úteis na resolução de problemas e para a humanização dos serviços das organizações que integra”* (in Encontro de voluntariado universitário²¹ 2011:3).

No seio do próprio estabelecimento de ensino é expectável a existência de projetos de voluntariado com o intuito de promover e estimular o sentido de responsabilização social dos alunos para a realidade vigente. Neste tipo de projetos é tido em conta a duração da sua implementação bem como os timings de disponibilidade apresentados pelos alunos. O que se pretende é que, à partida, o aluno tenha consciência do compromisso que vai assumir e o tempo que essa atividade irá ocupar no seu quotidiano, para que no decorrer do projeto a sua presença não se torne irregular.

Segundo as conclusões obtidas no Encontro de Voluntariado Universitário realizado pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (2011:3), existem diversas formas de propiciar uma participação mais enriquecedora e de maior duração dos voluntários nos projetos e uma delas é sem dúvida o acompanhamento dado por parte das organizações, no sentido, em que *“a satisfação do voluntário (...) determina o seu*

²¹ É possível consultar o presente documento em formato pdf no site <http://www.uc.pt/ProVoluntariU/conclusoes.pdf>

grau de compromisso para com a organização”. Através de um acompanhamento efetivo do trabalho voluntário, o indivíduo apercebe-se da importância da sua ação, bem como da seriedade do compromisso que assumiu e adquire ao longo do tempo maior capacidade de gestão do seu tempo, crescimento pessoal e maturidade. Tanto que *“o exercício de uma cidadania ativa, paralela à vivência acadêmica, enriquece a experiência pessoal do estudante e complementa a sua formação enquanto cidadão”* (in Encontro de voluntariado universitário 2011:4).

Tendo em conta tudo o que foi abordado até aqui, é possível afirmar que a prática do voluntariado se inscreve no quotidiano dos jovens como uma mais-valia, da qual só é possível retirar benefícios. Assim sendo, por que motivo (s) não existem mais jovens a participar em atividades de voluntariado? Esta questão direciona a análise para o domínio daqueles que não praticam quaisquer tipos de atividades voluntárias.

De acordo com a revista Escolhas nº18 editada em abril de 2011, as razões apresentadas para que determinado indivíduo não seja voluntário são a falta de disponibilidade, a falta de conhecimento sobre organizações que acolham voluntários e por fim, o facto de não saber fazer trabalho voluntário. Em contrapartida surge neste século um novo perfil de voluntário. Ou seja, o voluntariado é interpretado de forma diferente e é com base nessa interpretação que os indivíduos decidem integrá-lo ou em oposição afastarem-se dessa prática. Assim, os novos voluntários caracterizam-se como pessoas com disponibilidade reduzida decorrente da sua atividade profissional ou da prática de voluntariado em diversas organizações; procuram flexibilidade a nível de horários e permanência na instituição; recorrem à tecnologia como uma ferramenta essencial no seu trabalho; assumem grande dificuldade em tolerar situações de incompetência; e por fim, não basta apenas contribuir com a sua ação e disponibilidade querem marcar a diferença e ser reconhecidos pelo trabalho que desempenham.

Parte II - Pesquisa Empírica

CAPÍTULO IV: Do problema à metodologia de investigação

Neste capítulo o que se pretende é sintetizar de forma clara e objetiva quais as linhas orientadoras da investigação empírica. Em seguida, serão apresentadas as etapas que antecederam a pesquisa no terreno (apresentação do problema em estudo, definição dos objetivos que se pretende atingir, formulação de hipóteses e, por fim, a construção da técnica a usar na investigação).

4.1. Definição do problema

O enquadramento teórico elaborado anteriormente possibilitou analisar o conceito de voluntariado sob diferentes perspetivas, ou seja, de um contexto mais amplo para um mais restrito. Assim, em primeiro lugar a temática foi abordada sob o ponto de vista europeu e posteriormente foi dada ênfase às características definitórias do voluntariado em Portugal.

Assim, para que essa análise fosse possível foram tidos em conta os aspetos considerados como fundamentais para a caracterização do voluntariado, tais como as motivações associadas à sua realização, os benefícios que os voluntários pretendem adquirir com a sua ação, que tipo de voluntariado é exercido e qual a periodicidade da sua realização, entre outros.

Como foi dito anteriormente, o voluntariado é uma prática que atua em diversos âmbitos da sociedade, como por exemplo, na educação, no desporto, na cultura, no campo social, na saúde, etc. e que em muitos casos se torna numa ajuda fundamental para as instituições e organizações que o promovem. Ainda assim, é notória a participação residual dos portugueses no que remete ao voluntariado, rondando apenas os 12% de acordo com os dados obtidos através do Eurobarómetro 75.2 (2011).

Posto isto, e tendo em conta que uma importante fatia dos voluntários pertence ainda à classe estudantil, como se pôde constatar na revisão bibliográfica realizada, torna-se pertinente ir ao encontro desta população no seu local de trabalho e questioná-los acerca desta prática. Saber quem são e quem não são os voluntários e fundamentalmente que argumentos são apresentados por ambas as fações, em defesa da postura que assumiram. Não esquecer, contudo que o contexto em que o indivíduo se insere pode em boa medida influenciar a sua postura face à prática em questão. Quer isto dizer, que fatores como a socialização ou o percurso académico podem exercer influência para que o jovem inicie a sua atividade enquanto voluntário.

4.2. Objetivos da Investigação

A presente investigação elege como objeto de estudo estudantes do ensino superior, nomeadamente os que integram a Universidade da Beira Interior (UBI), no 1º ciclo de estudos e que se encontram no presente ano letivo a frequentar o primeiro e o terceiro ano curricular. Neste sentido os objetivos da pesquisa empírica são os seguintes:

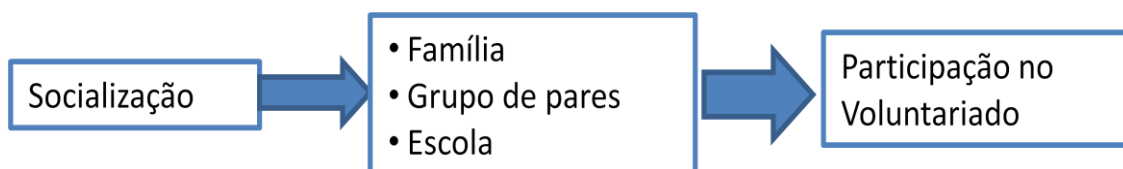
- 1) Conhecer o perfil e as características dos voluntários presentes no meio universitário;
- 2) Perceber o que distingue os voluntários dos não voluntários;
- 3) Analisar as motivações inerentes à prática do voluntariado;
- 4) Compreender a interferência da socialização no trabalho voluntário;
- 5) Saber de que forma o percurso académico influencia o voluntariado.

4.3. Hipóteses

De acordo com os objetivos traçados para o estudo do tema em análise, foram formuladas hipóteses, no sentido de tentar apurar ao longo da investigação com o auxílio dos resultados fornecidos pelo inquérito por questionário se estas são passíveis de confirmação, ou se em oposição não se confirmam.

Hipótese 1: A socialização recebida pelo jovem induz à sua participação no voluntariado.

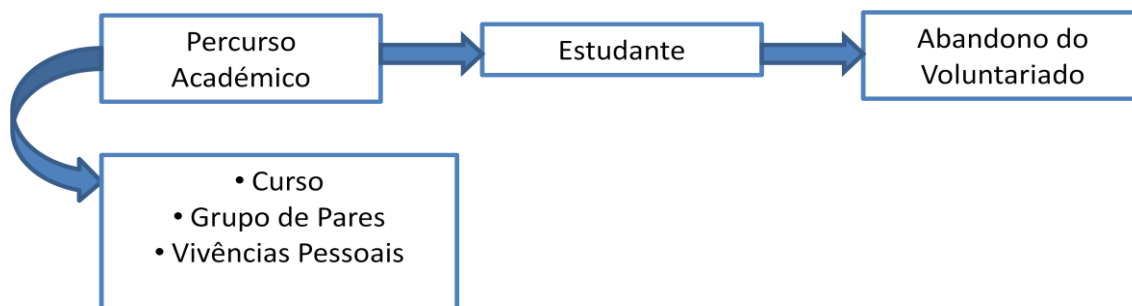
Figura 2: Representação gráfica da hipótese nº1



- **Socialização:** *“Processos sociais pelos quais as crianças desenvolvem uma consciência da existência de normas e valores sociais e alcançam uma noção própria de eu - social”* (in Giddens 2007:702).
- **Voluntariado:** *“qualquer atividade não remunerada em benefício de outra pessoa, grupo ou causa”* (Wilson in Catarina Ferreira 2008:29).
- **Grupo de pares:** nos domínios da sociologia é considerado como grupo *“o conjunto de indivíduos que interagem de modo sistemático uns com os outros”* (Giddens 2007:693), neste caso cinge-se às relações de amizade entre os indivíduos.

Hipótese 2: O percurso académico influencia o estudante para o abandono do voluntariado.

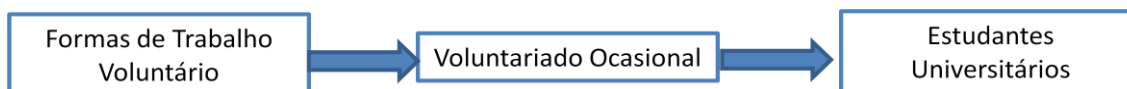
Figura 3: Representação gráfica da hipótese nº2



- **Percurso académico:** é o período de tempo em que o aluno se encontra a frequentar o ensino escolar. Este é caracterizado pelo curso que se frequenta, as relações de amizade que se estabelecem e as vivências pessoais do próprio indivíduo. Em síntese pode dizer-se que neste caso, o percurso académico é o trajeto que o aluno percorre desde que inicia a sua formação até ao momento que é inquirido.
- **Estudante:** *aquele ou aquela que estuda; aluno* (in Dicionário Porto Editora on-line²²).
- **Voluntariado:** *“qualquer atividade não remunerada em benefício de outra pessoa, grupo ou causa”* (Wilson in Catarina Ferreira 2008:29).

Hipótese 3: O voluntariado ocasional é característico dos estudantes universitários.

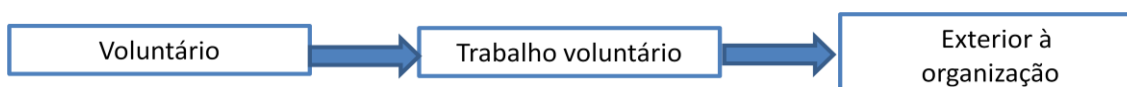
Figura 4: Representação gráfica da hipótese nº3



- **Voluntariado Ocasional:** diz respeito ao indivíduo que *“exerce trabalho voluntário pelo menos uma vez por ano”* (in Rocha et al. 2006:32).
- **Estudantes Universitários:** são todos os indivíduos que integram um ciclo de estudos no ensino superior.

Hipótese 4: Na perspetiva dos estudantes universitários, o trabalho voluntário não tem de ser exercido no seio de uma organização que o promova.

Figura 5: Representação gráfica da hipótese nº4



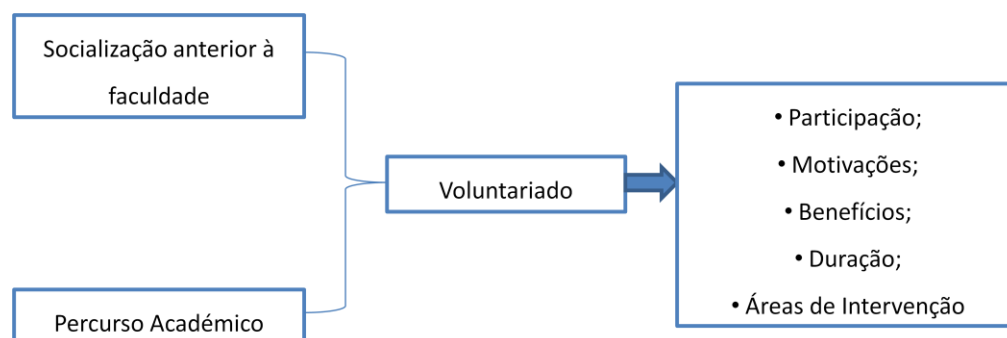
²² <http://www.portoeditora.pt/alp/dol/dicionarios-online/>

- **Voluntário:** é aquele “que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo-livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora” (in artigo 3º do decreto lei 71/98 de 3 de novembro).
- **Organizações:** são “as entidades públicas da administração central, regional ou local ou outras pessoas coletivas de direito público ou privado, legalmente constituídas, que reúnam condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade (...)” (in artigo 4º da lei 71/98 de 3 de novembro).

4.4. Modelo de Análise

O objetivo do modelo de análise é ilustrar de forma sintética as relações existentes entre as hipóteses definidas anteriormente e que pretendem ser confirmadas ou infirmadas através da pesquisa empírica. Assim, o modelo de análise definido para a presente investigação é o seguinte:

Figura 6: Representação gráfica do modelo de análise



4.5. Processo Metodológico

De acordo com os objetivos definidos e as hipóteses elaboradas, torna-se pertinente esclarecer acerca da metodologia que se irá usar na pesquisa empírica. A metodologia usada será de carácter quantitativo, dado que é aquela que melhor se adequa aos objetivos definidos para a pesquisa no terreno. Resta pois mencionar que este tipo de metodologia é bastante usual no âmbito da sociologia, já que permite não só quantificar a realidade em estudo, mas também, estabelecer relações entre diferentes variáveis.

4.5.1. Construção do Questionário

A técnica escolhida para auscultar a população em causa foi o inquérito por questionário, o guião deste pode ser consultado no Anexo I desta dissertação. A sua construção resultou da consulta de alguns manuais de metodologias mas também de alguns estudos dos quais as conclusões já são conhecidas. A análise de pesquisas anteriores teve como principal objetivo, perceber de que forma se deveria abordar a temática em questão, quais as questões mais frequentes, que variáveis são fundamentais, mas acima de tudo observar a estrutura do guião utilizado.

De acordo com os autores Raymond Quivy e LucVan Campenhoudt (2003:188), “*o inquérito por questionário de perspectiva sociológica distingue-se da simples sondagem de opinião pelo feito de visar a verificação de hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses sugerem*”. Partindo do princípio que a técnica de investigação em causa é usada em amostras de grandes dimensões “*as respostas à maior parte das perguntas são normalmente pré-codificadas, de forma que os entrevistados devem obrigatoriamente escolher as suas respostas entre as que lhes são formalmente apresentadas*” (Quivy e Campenhoudt 2003:188), facilitando deste modo o tratamento dos resultados.

Através do inquérito pretende-se estudar de forma extensiva os discentes da amostra em questão, de modo a perceber qual a sua postura face ao voluntariado, que opinião têm desta prática social, quais as motivações e os benefícios subjacentes a esta prática, de que forma exercem a sua atividade, em que áreas, entre outros. O guião foi elaborado com uma linguagem clara e objetiva para que o inquirido ao ler as questões saiba imediatamente ao que se referem. A fim de contornar as divagações que poderiam surgir nas questões apresentadas, optou-se pela construção de perguntas de carácter fechado, em que o indivíduo deve selecionar aquela que melhor se adequa à sua situação. Quer isto dizer, que na generalidade as questões são apresentadas já com as opções de resposta, dado que essas foram as variáveis eleitas para o estudo estatístico posterior. Neste sentido as respostas dadas às questões eram de carácter múltiplo, não sendo estabelecido um número máximo ou mínimo de opções a escolher.

A aplicação do questionário foi feita em contexto de sala de aula nesse sentido, o guião era preenchido de forma integral pelo próprio discente, ou seja, de aplicação direta. Todavia, o investigador não dispunha à partida de informação acerca da postura que cada inquirido tinha face ao voluntariado, assim, tornou-se necessário estruturar o questionário de modo a que todos os intervenientes pudessem responder no mesmo guião ao invés de se criar um guião específico para cada situação.

A solução encontrada foi dividir o questionário em três partes distintas, em que a primeira diria respeito aos voluntários, a segunda aos indivíduos que já fizeram voluntariado e por fim, a terceira destinada àqueles que nunca exerceram trabalho voluntário. De salientar que, ainda que a situação dos sujeitos face ao voluntariado seja distinta existiam questões partilhadas por todos. Neste sentido separar as questões por grupos irá permitir na análise

estatística reconhecer facilmente quais as variáveis a analisar em cada um dos grupos, daí que a sua representação gráfica seja igualmente facilitada. É pois certo que as variáveis em análise serão relacionadas entre si a fim, de infirmar ou confirmar as hipóteses traçadas ou até alertar para novos fenómenos.

No entanto, é preciso ter em conta que tal como todas as técnicas também esta possui vantagens e desvantagens na sua utilização. Se por um lado possibilita a auscultação de uma amostra de grandes dimensões, por outro o facto de muitas respostas serem previamente codificadas resulta num conjunto de números que se não forem relacionados entre si, servem apenas de exemplos individuais. Quer isto dizer, que as informações recolhidas através do questionário devem ser devidamente sustentadas e fundamentadas por uma forte base teórica.

Referir que o guião do questionário foi elaborado essencialmente através da bibliografia seguinte: “*Voluntariado na Cidade do Porto: Resultados do Inquérito às Instituições do Setor*” do autor Rocha et al. (2006); “*As motivações no trabalho voluntário*” (Marisa Ferreira et al. 2008) e por fim, o “*Eurobarómetro 75.2*” (2011).

4.5.2. Caracterização do universo a estudar

- **A Universidade da Beira Interior (UBI)**

A cidade da Covilhã foi sempre, conhecida pela sua qualidade e grandeza no que diz respeito à indústria têxtil. Contudo, na década de 70 do século passado, as fábricas de lanifícios deram os primeiros sinais de instabilidade e conseqüentemente de falência originando problemas de carácter social e económico para a região.

É pois nessa década, no ano de 1973 que surge o Instituto Politécnico da Covilhã (IPC), com o objetivo de prolongar os estudos dos habitantes da região, sem que estes tivessem de se deslocar para outras cidades. Em 1975 o IPC abria portas aos primeiros alunos, 143 no total, distribuídos pelos cursos de Engenharia têxtil, Administração e Contabilidade. Passados quatro anos (1979) o IPC converte-se, em Instituto Universitário da Beira Interior (IUBI) e finalmente em 1986, sofre uma nova conversão e passa a denominar-se até aos dias de hoje como Universidade da Beira Interior (UBI).

Um dos aspetos caracterizadores da UBI prende-se com os espaços físicos onde se encontram instituídas algumas das faculdades. Em algumas situações optou-se pela requalificação de antigas fábricas de lanifícios, de modo a preservar os edifícios com elevado valor histórico, cultural e arquitetónico ao mesmo tempo, que se tornam em espaços dedicados ao ensino e à investigação. Atualmente, a UBI é composta por cinco faculdades - Faculdade de Ciências; Faculdade de Engenharias; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Faculdade de Artes e Letras e ainda, a Faculdade de Ciências da Saúde. Acrescenta-se ainda a existência de doze centros de investigação. No que respeita às áreas de ensino a UBI dispõe de 29 cursos conducentes ao grau de licenciado, sendo que 5 deles têm mestrado integrado;

48 para o grau de mestre e 29 no que concerne ao grau de doutor. Distribuídos da seguinte forma, como se pode observar na tabela seguinte.

Tabela 1: Composição das Faculdades da UBI - Ano Letivo 2011/2012

Faculdades	Licenciaturas e Mestrados Integrados	Mestrados	Doutoramentos
Ciências	3	7	7
Engenharias	7 + 3 Mestrado integrado	12	9
Artes e Letras	5	11	3
Ciências Sociais e Humanas	7	15	7
Ciências da Saúde	2 + 2 Mestrado Integrado	3	3
Total	29	48	29

Fonte: Universidade da Beira Interior

4.5.3. Amostra

Um dos componentes fundamentais numa pesquisa é saber qual a população que se vai analisar, para que seja possível construir a amostra que irá ser objeto de investigação. Para que a construção da amostra fosse possível, foi necessário ter uma noção mais clara acerca do número de cursos existentes na UBI bem como o número de alunos que os integravam.

Deste modo, dado que um dos objetivos da investigação diz respeito à influência que o percurso académico exerce no voluntariado, definiu-se que da população inquirida fariam parte, apenas os alunos integrantes das licenciaturas da UBI, nomeadamente no 1º e 3º ano.

De acordo com os dados recolhidos e como se pode visualizar na tabela 1, fazem parte da UBI 5 faculdades, distribuídas entre as áreas das ciências, das artes e letras, das ciências da saúde, das ciências sociais e humanas e por fim, das engenharias. Assim, de modo a obter uma amostra substancial, foi definido que seriam inquiridos apenas 2 cursos de cada faculdade, sendo esses escolhidos com base no número de alunos que integram. Antes de mais importa ainda salientar, que foi estabelecido contacto via e-mail com os professores de cada licenciatura, a fim de saber qual a disponibilidade para colaborar na investigação, já que o inquérito seria aplicado em contexto de sala de aula. Assim, até à data de início da aplicação as respostas positivas surgiram nos cursos abaixo representados.

Tabela 2: Descrição do número de alunos existente em cada curso - Ano Letivo 2011/2012

Faculdade	Curso	1ºano	3ºano	Total
Ciências	Biotecnologia	60	-	60
	Bioquímica	-	22	22
Engenharias	Design de Moda	73	21	94
Ciências Sociais e Humanas	Sociologia	85	-	85
	Psicologia	-	35	35
Artes e Letras	Cinema	67	-	67
	Ciências da Comunicação	-	40	40
Ciências da Saúde	Ciências Farmacêuticas	88	58	146
	Total de Alunos			549

Fonte: Serviços Acadêmicos - Universidade da Beira Interior

Relativamente ao primeiro definiu-se que seriam inquiridos os cursos de Biotecnologia, Design de Moda, Sociologia, Cinema e Ciências Farmacêuticas. No terceiro ano a escolha recaiu sobre os cursos de Bioquímica, Design de Moda, Psicologia, Ciências da Comunicação e Ciências Farmacêuticas. De salientar, que o número total de alunos (549) não indica que será esse o número de alunos inquiridos, no sentido em que os dados apresentados se referem aos alunos inscritos pelos Serviços Acadêmicos. Quer isto dizer, que aquando da aplicação no terreno, o número de inquirições depende do número de alunos presentes em sala de aula.

CAPÍTULO V: Apresentação e Análise de Dados

Findado o enquadramento teórico bem como a explicitação metodológica usada na presente investigação, eis pois o momento de apresentar e analisar os dados recolhidos através dos inquéritos por questionário.

De referir, que os dados apresentados bem como a sua análise será feita à luz dos objetivos e das hipóteses definidas anteriormente, para a prossecução desta investigação acerca do voluntariado universitário.

5.1. Inquéritos por questionário

O inquérito por questionário foi o instrumento de pesquisa escolhido para auscultar a população alvo desta investigação, neste caso os alunos que se encontravam a frequentar o 1º ciclo de estudos no primeiro e terceiro ano curricular em sete cursos da Universidade da Beira Interior (UBI).

Inicialmente foi definido que seriam objeto de investigação dois cursos em cada uma das cinco faculdades, contudo, isso não foi possível devido a questões relacionadas com a falta de disponibilidade dos alunos da faculdade de ciências. Assim, os cursos de Bioquímica e Biotecnologia não fazem parte da amostra como havia sido dito.

No entanto, devido à existência de disciplinas comuns entre vários cursos foi possível o preenchimento de alguns questionários pelos alunos de Design Industrial aquando da aplicação no terreno ao curso de Design de Moda.

Assim, os dados a ser trabalhados correspondem na totalidade a 191 inquéritos, sendo que 125 correspondem ao primeiro ano e os restantes 66 ao terceiro ano. Na tabela seguinte está representado o perfil sociográfico dos inquiridos que compõem a amostra em estudo. Chama-se a atenção para o facto de tabela 2 estarem representados os valores totais do número de alunos relativos aos cursos onde o questionário iria ser aplicado. Conclui-se assim, que a população alvo possível a inquirir totalizava 549 alunos e a amostra conseguida foi de 191, ou seja, 34,79%.

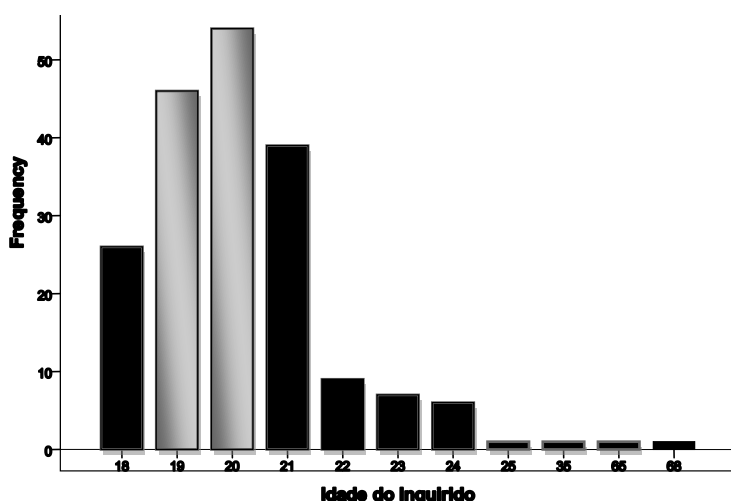
Tabela 3: Perfil Sociográfico dos inquiridos

Faculdade	Curso	Ano		Género		Porcentagem de inquiridos
		1º	3º	M	F	
Artes e Letras	Cinema	19		9	10	9,9%
	Ciências da Comunicação		10	6	4	5,2%
Ciências Sociais e Humanas	Sociologia	32		6	26	16,8%
	Psicologia		11	1	10	5,8%
Ciências da Saúde	Ciências Farmacêuticas	55	30	21	64	44,5%
Engenharias	Design de Moda	8	15	2	21	12%
	Design Industrial	11		7	4	5,8%
Total		125	66	52	139	100%

Da tabela anterior vale a pena salientar dois aspetos:

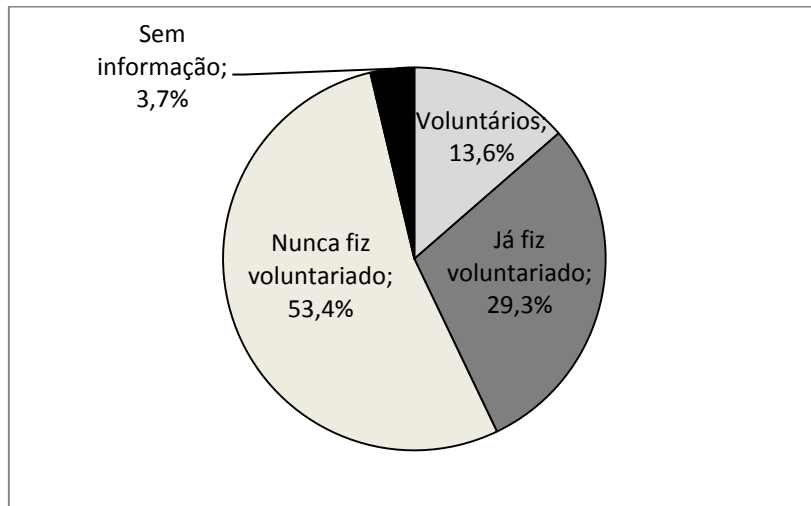
- Em primeiro lugar, que a maioria dos inquiridos integra o primeiro ano (65,4%);
- Em segundo lugar, a presença maioritária do sexo feminino na amostra (72,8%).

Gráfico 1: Distribuição das idades dos inquiridos



Relativamente à distribuição por idades, os inquiridos situam-se entre os 18 e os 68 anos de idade, no entanto a faixa etária com mais incidência está compreendida entre os 19 e os 20 anos de idade. De salientar que a média de idades preponderante tanto no primeiro como no terceiro ano, corresponde aos 20 anos.

Gráfico 2: Distribuição da Amostra



Quanto à posição do inquirido face ao voluntariado constatou-se que 13,6% dos indivíduos são voluntários, 29,3% já foram voluntários e 53,4% nunca exerceram trabalho voluntário. Acrescente-se ainda que 3,7% dos inquiridos não referiram qual o seu perfil relativamente a esta questão.

Tabela 4 Distribuição por género face ao voluntariado

Posição do inquirido face ao voluntariado	Género	
	Masculino	Feminino
É Voluntário	2	24
Já foi voluntário	16	40
Nunca foi voluntário	31	71
Total	52	139

Já aqui foi dito que a presença feminina é notória no seio dos inquiridos. Para além disso, como se pode visualizar na tabela acima representada, no que respeita à diferenciação de género face ao voluntariado são também as mulheres quem mais executa, realizou e nunca praticou trabalho voluntário.

Anteriormente foram apresentados os dados preliminares que compõem de forma geral a amostra conseguida no âmbito da investigação empírica. Em seguida, passar-se-á à análise dos vários grupos que fazem parte da pesquisa bem como das questões que lhe estão subjacentes.

5.2. Perfil dos inquiridos face ao voluntariado

5.2.1. Voluntários

Em termos percentuais a faixa de voluntários encontrada na amostra em estudo totaliza 13,6%. Estes são provenientes na sua maioria da faculdade de ciências sociais humanas e da faculdade de ciências da saúde, nomeadamente dos cursos de psicologia, sociologia e ciências farmacêuticas. É preponderante a presença de alunos do primeiro ano a exercer trabalho voluntário, comparativamente aos de terceiro ano (17 e 9 respetivamente). Destacar que não foi encontrado nenhum voluntário nos cursos de cinema e ciências da comunicação.

A diferença de género apontada pelos resultados (tabela 4) demonstra em boa medida o que havia sido referenciado no capítulo I desta dissertação. Muitas foram as discussões a fim de definir qual o perfil do voluntário-tipo que existe atualmente, no entanto, não se chegou a um consenso claro acerca deste assunto. Contudo afirmou-se que na generalidade o sexo feminino se encontra mais ligado ao voluntariado que o sexo masculino.

A presença maioritária de mulheres nas redes de trabalho voluntário pode ser explicada com base no processo de socialização que estas receberam ao longo da vida, já que desde muito cedo a sua educação lhes inculca os cuidados que deviam prestar ao marido e aos filhos. Na perspetiva de Malanska a mulher desde sempre foi “*associada aos papéis de mãe e esposa e a personalidade-tipo de cuidado e carinho*” (in Almeida e Ferrão 2001:162). Todavia a socialização não pode ser vista como a única causa para esta diferenciação, pois fatores como a área em que se exerce voluntariado e própria conceção de trabalho voluntário que o indivíduo tem influenciam as diferenças de participação relativamente ao género.

Tabela 5: Percurso dos voluntários: início, frequência e local onde exercem a sua atividade

	Antes da faculdade	Depois da faculdade	Regularmente (1 vez por mês)	Ocasionalmente (1 vez por ano)	Sim	Não
Quando iniciou a sua prática?	12	14				
Com que frequência exerce a sua atividade voluntária?			14	12		
Realiza voluntariado numa instituição?					25	1

Um dos objetivos definidos para a investigação é perceber de que forma o percurso académico exerce algum tipo de influência no trabalho voluntário. Como se pode verificar 14 discentes afirmaram ter iniciado a sua prática voluntária após a entrada na faculdade ao passo que os restantes 12 já eram voluntários antes do ingresso no ensino superior.

Tabela 6: Distribuição dos voluntários desde que iniciaram a sua prática pela frequência com que a exercem.

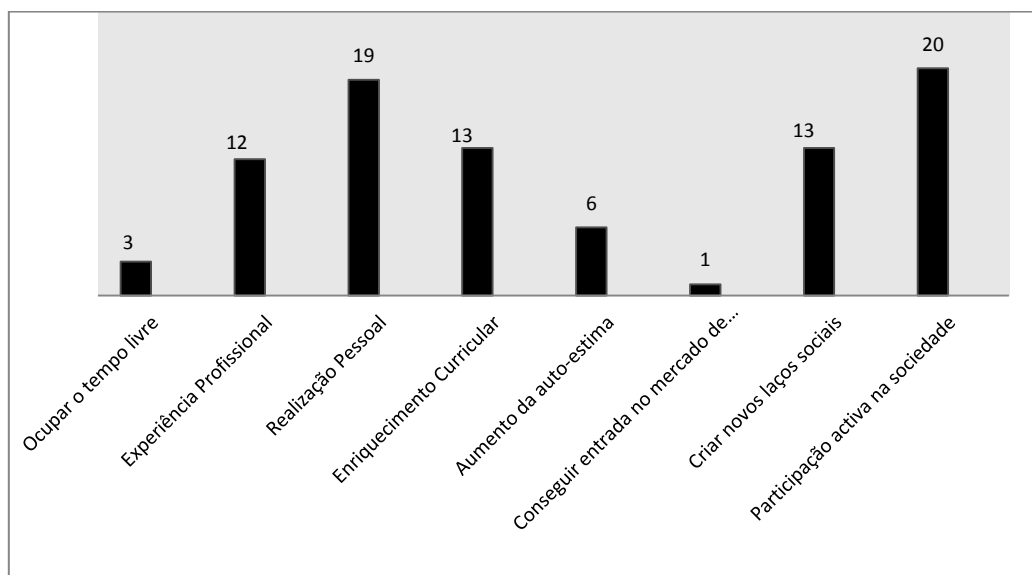
		Frequência exerce atividade voluntária		Total
		Regularmente - pelo menos uma vez por mês	Ocasionalmente - pelo menos uma vez por ano	
Quando iniciou a sua prática	Antes de ingressar na faculdade	5	7	12
	Depois de ingressar na faculdade	9	5	14
Total		14	12	26

Ao, se relacionar o momento em que o indivíduo iniciou a sua prática com a frequência da sua execução conclui-se que o voluntariado ocasional é característico dos discentes que já eram voluntários antes da faculdade. Em oposição, o voluntariado exercido de forma regular caracteriza os voluntários que iniciaram a sua prática após o ingresso no ensino superior.

De salientar que apesar das diferenças existentes baseadas no momento em que iniciou a sua atividade enquanto voluntário, no geral o ingresso no ensino superior potenciou o aumento do voluntariado. Questionados também acerca do local onde exerciam voluntariado, 25 dos inquiridos referiram que o fazem numa instituição como por exemplo, Centro Hospitalar Cova da Beira, Banco Alimentar contra a Fome, Cruz Vermelha Portuguesa, Coolabora, entre outras. Apenas 1 indivíduo não exerce trabalho voluntário no seio de uma organização.

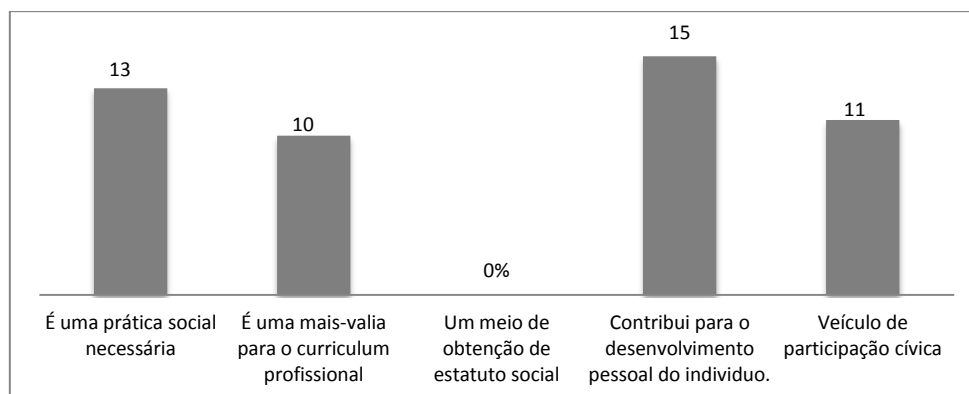
A frequência com que o sujeito exerce a sua prática pode em boa medida ser relacionada ou justificada não só pelas motivações que subjazem mas também pelos benefícios decorrentes desta.

Gráfico 3: Distribuição dos benefícios mais importantes decorrentes do voluntariado



Para os atuais voluntários os benefícios mais importantes, decorrentes do voluntariado são “a participação activa na sociedade”, a “realização pessoal”, o “enriquecimento curricular” e “criar novos laços sociais”. Da análise do gráfico é pertinente salientar dois aspetos: em primeiro lugar, os voluntários veem no voluntariado uma forma de enriquecer o seu currículo ao mesmo tempo que adquirem experiência profissional, mas não um meio de entrada no mercado de trabalho. Apesar deste fenómeno, se opor à perspectiva defendida por alguns autores, como por exemplo, Callejo que sustenta que o trabalho voluntário nos jovens é “(...) uma estratégia generalizada de produção e integração no mercado de trabalho” (in Alaguero 2003:232), esta situação não é de estranhar dado que a maioria dos voluntários pertencem ao primeiro ano. Em segundo lugar, resta chamar a atenção de que a opção “ocupar o tempo-livre” se encontra nas menos escolhidas como benefício da ação voluntária.

Gráfico 4: Argumento usado para convencer alguém a tornar-se voluntário.



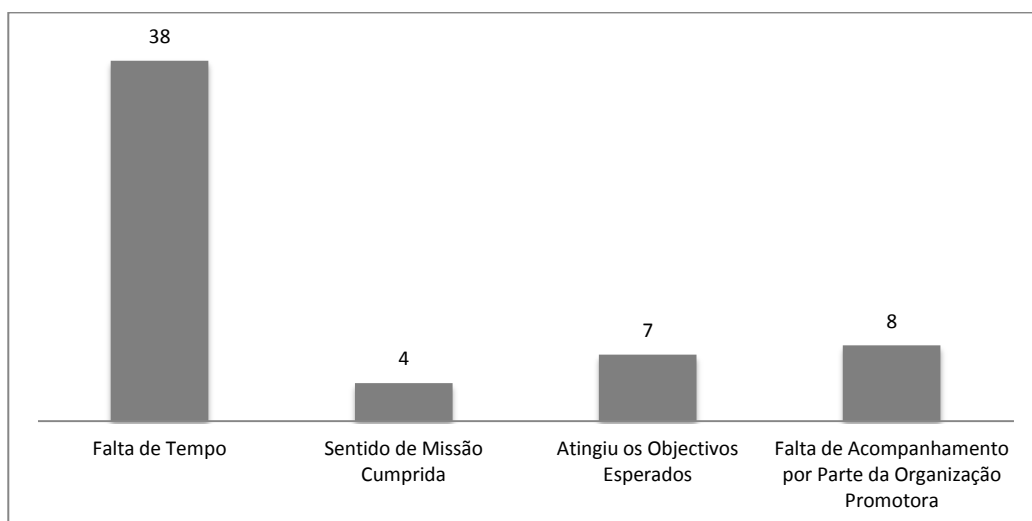
Dado que o índice de participação no voluntariado a nível nacional é ainda residual, foi pedido aos indivíduos que assinalassem que motivos usariam para convencer alguém a exercer trabalho voluntário. Assim, o argumento escolhido de forma maioritária diz respeito à contribuição do voluntariado para o desenvolvimento pessoal do indivíduo.

5.2.2. Já foram voluntários

De acordo com o que foi apurado através da amostra usada na investigação empírica, a percentagem equivalente aos 56 indivíduos que já não são voluntários é de 29,3%. Tal como os voluntários também os sujeitos que já foram voluntários pertencem na sua maioria aos cursos de sociologia (10) e ciências farmacêuticas (28), realçar apenas que os cursos de cinema e ciências da comunicação integram alunos que já exerceram trabalho voluntário.

Importa antes de mais esclarecer acerca da razão pela qual os discentes cessaram a sua atividade enquanto voluntários.

Gráfico 5: Motivo pelo qual o indivíduo deixou de fazer voluntariado



Questionados acerca do motivo pelo qual deixaram de fazer voluntariado, 38 inquiridos afirmaram que a falta de tempo foi a principal razão para essa atitude. Como se verá mais adiante a falta de disponibilidade foi também o aspeto mais apresentado como motivo para que os indivíduos nunca tenham feito trabalho voluntário.

Apresentados os motivos com base nos quais os indivíduos cessaram a sua prática, importa agora esclarecer acerca da influência que o percurso académico tem sobre a ação voluntária. Induz ao seu exercício ou em oposição conduz ao abandono dessa experiência?

Nesse sentido foi formulada a seguinte hipótese:

H2: O percurso acadêmico influencia o estudante para o abandono do voluntariado.

Na hipótese número 2 pretende-se apurar de que forma o ingresso no ensino superior potencia o abandono do voluntariado. Depreende-se portanto, que o abandono do voluntariado é a variável dependente e o percurso acadêmico a variável independente. De acordo com os resultados abordados anteriormente, verificou-se que nenhum dos inquiridos mencionou ter abandonado a sua atividade voluntária decorrente do ingresso no ensino superior, como se pode observar na tabela seguinte (tabela 7).

Tabela 7: Distribuição dos voluntários de acordo com a influência exercida pelo ingresso no ensino superior

	Ingresso no ensino superior fez com que a prática voluntária			Total
	Aumentasse	Diminuiu	Sem inf.	
Atualmente pratica voluntariado Sim	14	10	2	26
Total	14	10	2	26

Tabela 8: Influência do percurso acadêmico no voluntariado

		Ingresso no ensino superior fez com que a pratica			Total
		Aumento da prática	Diminuição da prática	Sem inf.	
Quando iniciou a sua prática	Antes de ingressar na faculdade	1	10	1	12
	Depois de ingressar na faculdade	13	0	1	14
Total		14	10	2	26

As tabelas apresentadas pretendem demonstrar a influência do percurso acadêmico na prossecução do trabalho voluntário que o indivíduo exerce. Aquilo que se constata é que de uma forma geral o ingresso no ensino superior em nada contribuiu para que o voluntário deixasse de exercer a sua atividade, ainda que alguns indivíduos tenham afirmado que ela diminuiu.

De acordo com as tabelas apresentadas é possível afirmar que a relação de causalidade estabelecida na hipótese apresentada não se confirma, uma vez que nos casos analisados nenhum voluntário assumiu que tivesse abandonado a sua atividade enquanto voluntário por ter integrado o ensino superior. Por oposição, alguns dos inquiridos revelam até que aumentaram a frequência da sua atividade voluntária após a entrada no ensino superior e veem no voluntariado uma forma de enriquecimento curricular.

Salientar ainda, que os inquiridos que já foram voluntários quando questionados sobre se o percurso acadêmico levaria ao abandono do trabalho voluntário, responderam de forma

maioritária que não. Nesse sentido, é possível concluir que o ingresso no ensino superior ao invés de induzir o jovem ao abandono da sua atividade voluntária potencia em boa medida o seu aumento.

Tendo em conta que os inquiridos afirmaram que a falta de tempo foi o principal motivo para que tenham posto termo à sua atividade enquanto voluntários, importa agora saber com que frequência e em que ambiente o realizavam. Os gráficos seguintes são ilustrativos disso.

Gráfico 6:Exercia trabalho voluntário numa instituição

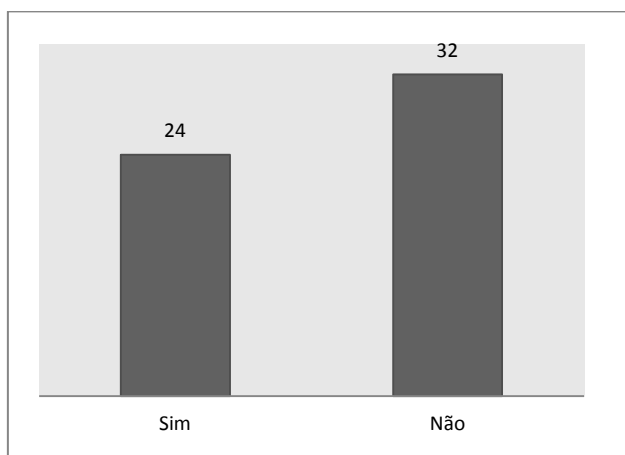
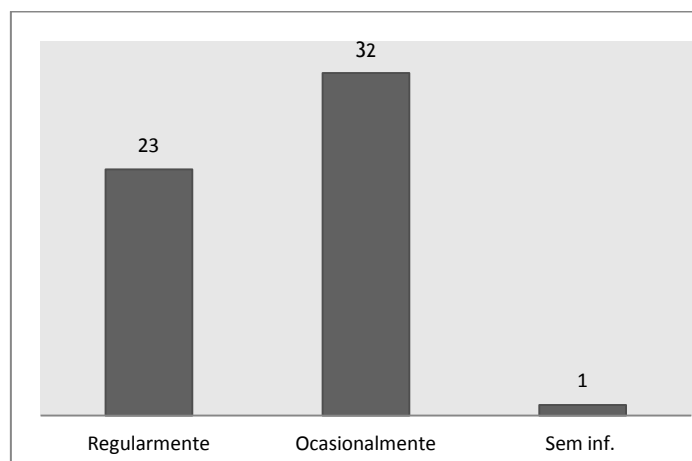


Gráfico 7:Com que frequência realizava o trabalho voluntário



De acordo com os resultados obtidos constatou-se que 24 dos inquiridos realizavam trabalho voluntário numa instituição sendo que 12 de forma regular, 11 ocasionalmente e um dos inquiridos não respondeu a esta questão.

Os restantes 32 inquiridos não exerciam trabalho voluntário numa instituição, contudo 11 executavam-no regularmente e 21 ocasionalmente. Assim, estabelecendo uma comparação entre os indivíduos que se assumiram como voluntários e aqueles que outrora foram voluntários é possível concluir que:

- Em ambos os grupos o trabalho voluntário exercido numa instituição é feito maioritariamente de forma regular, ao passo que aquele que é realizado fora de uma organização se exerce predominantemente de forma ocasional.

O facto do voluntariado regular ser executado maioritariamente numa instituição é fruto do compromisso estabelecido entre o voluntário e a organização promotora da sua ação.

De salientar ainda que 46 indivíduos revelaram poder vir a fazer voluntariado no futuro, baseado em motivos, como por exemplo, “sentir-se útil”, “querer ajudar as pessoas”, “ ser solidário” ou até “ocupar o tempo-livre”. Posto isto, resta então averiguar afinal que tipo de voluntariado caracteriza os estudantes universitários. Nesse sentido foi formulada a seguinte hipótese:

H3: O voluntariado ocasional é característico dos estudantes universitários.

De acordo com a revisão bibliográfica constatou-se que o voluntariado jovem ou juvenil se caracterizava maioritariamente por trabalho voluntário exercido de forma ocasional. O que distingue o voluntariado ocasional do regular é a periodicidade com que ele acontece. Assim, a atividade voluntária de caráter ocasional deve ser exercida pelo menos uma vez por ano, por exemplo, participar na recolha de alimentos realizada pelo Banco Alimentar Contra a Fome.

Tabela 9: Frequência com que os voluntários exercem a sua atividade

		Frequência	Percentagem
Valid	Regularmente - pelo menos uma vez por mês	14	7,3%
	Ocasionalmente - pelo menos uma vez por ano	12	6,3%
	Total	26	13,6%
Missing	Não tem de responder	165	86,4%
Total		191	100%

De acordo com a tabela de frequências é possível constatar que os voluntários encontrados na amostra em estudo se distribuem de forma equilibrada, no que diz respeito à frequência com que praticam o seu trabalho voluntário. Denote-se que o trabalho voluntário exercido regularmente era realizado no seio de uma instituição. Quer isto dizer, que é possível estabelecer uma relação entre a frequência com que a ação se desenvolve e o âmbito onde esta se encontra inserida. Já que quando questionados acerca do local onde exerciam voluntariado os exemplos dados remetiam para instituições ligadas aos setores da saúde, ajuda humanitária, apoio social, entre outras e que exigem por parte do voluntário uma certa

regularidade no desenvolvimento da sua atividade bem como uma presença mais assídua e menos pontual.

Tabela 10: Frequência com que os indivíduos que já fizeram voluntariado o exerciam

		Frequência com que realizava trabalho voluntário			Total
		Regularmente - pelo menos uma vez por mês	Ocasionalmente - pelo menos uma vez por ano	Sem inf	
Já fiz voluntariado	Sim	23	32	1	56
Total		23	32	1	56

Tal como na tabela anterior, ainda que com valores um pouco mais elevados se depreende que também os indivíduos que já exerceram algum tipo de trabalho voluntário o fazem de forma equilibrada no que concerne à sua periodicidade.

A título de curiosidade e tendo em conta que o enquadramento feito ao voluntariado universitário se iniciou através da definição de voluntariado jovem ou juvenil como também pode ser denominado, questionou-se os discentes, no sentido de saber a sua posição face à seguinte afirmação “*o voluntariado ocasional é característico dos jovens, nomeadamente estudantes*”. Os inquiridos responderam maioritariamente de forma afirmativa a esta confirmando de forma inequívoca, o que outros teóricos já haviam dito acerca disto.

Todavia, ainda que os resultados obtidos no seio dos voluntários apontem para que o voluntariado de forma regular seja maioritário, não é possível concluir que esta seja uma característica que os defina e como tal que permita confirmar ou infirmar a hipótese. Para tal seria necessário que o número de voluntários na amostra fosse mais significativo ou então que as respostas dadas pelos atuais voluntários fossem mais divergentes.

Associado à frequência com que o sujeito exerce a sua atividade voluntária, surge o local onde este a faz, neste sentido na opinião dos inquiridos poderá o voluntariado ser exercido fora de uma organização que o promova, contrariando a legislação em vigor? Para que este facto pudesse ser comprovado foi formulada a seguinte hipótese:

H4: Na perspectiva dos estudantes universitários, o trabalho voluntário não tem de ser exercido no seio de uma organização que o promova.

Na hipótese número quatro, pretende-se verificar se os inquiridos consideram que é possível exercer trabalho voluntário fora de uma instituição. Torna-se pertinente, relembrar o que a legislação portuguesa preconiza acerca do voluntariado no artigo 2º da lei nº71/98 de 3 de novembro. Este define como voluntariado “*o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos,*

programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas” (in Diário da República - I - série A nº 254 - 3 -11-1998).

De salientar que a legislação atual segue estes parâmetros dado que não contempla como voluntariado toda e qualquer ação que seja exercida de forma informal, ou seja, todas as atitudes exercidas com base em relações de proximidade (familiares, vizinhança, amizade). Todavia, considera-se apenas como trabalho voluntário aquele que se desempenha de forma formal, ou seja, no seio de uma organização.

Tabela 11: Local onde o indivíduo realiza/realizava voluntariado

	Realiza/Realizava voluntariado numa instituição			Total
	Sim	Não	Sem inf.	
Atualmente pratica voluntariado	25	1	0	26
Já fez voluntariado	24	32	0	56
Total	49	33	0	82

De acordo com os resultados da tabela, é possível afirmar que apenas um dos alunos que se definiram como voluntários não realizava o seu trabalho no seio de uma instituição. No seio dos indivíduos que já não exercem voluntariado, mais de metade (32) afirmou que não o praticava numa organização.

Foi pedido aos inquiridos que considerassem como verdadeiro ou falso a seguinte afirmação, *“Só é considerado voluntariado a ação exercida com base num compromisso entre o indivíduo e a instituição que o acolhe”*. De acordo com a opinião dos discentes as respostas foram as seguintes:

Tabela 12: Opinião dos inquiridos face à afirmação apresentada

	Só é considerado voluntariado a ação exercida com base num compromisso entre o indivíduo e a instituição que o acolhe.		
	Verdadeiro	Falso	Total
Já fiz voluntariado	11	45	56
Nunca fiz voluntariado	30	72	102
Total	41	117	158

Da tabela apresentada vale a pena destacar, o facto de tanto os indivíduos que já exerceram voluntariado bem como aqueles que nunca o fizeram, considerarem a afirmação maioritariamente como falsa. Quer isto dizer, que os sujeitos encaram o voluntariado como

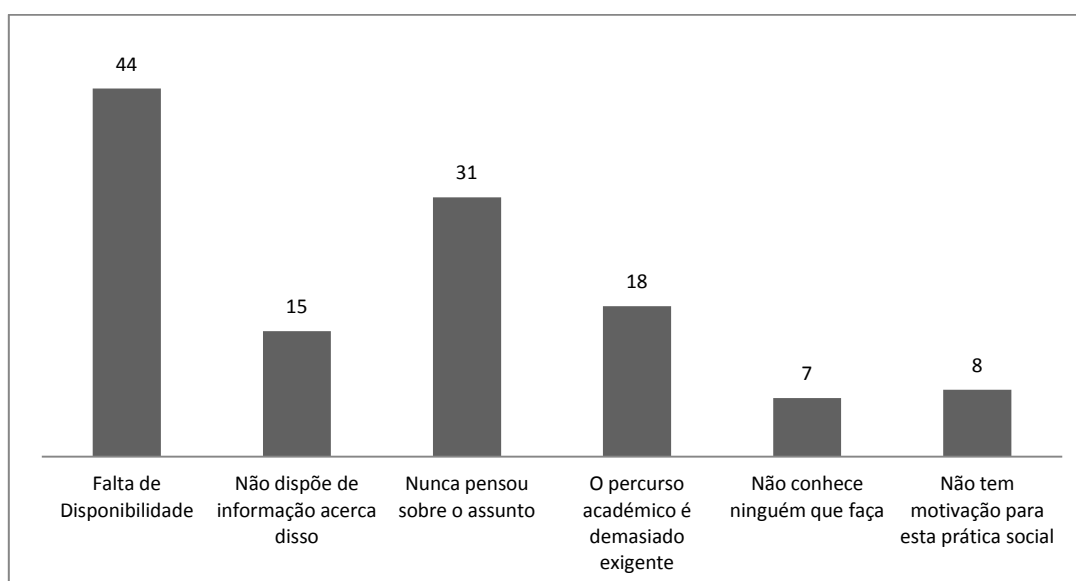
uma atividade que pode ser exercida fora de uma instituição que o promova, neste sentido a hipótese confirma-se.

5.2.3. Nunca fiz voluntariado

Antes de iniciar a investigação, não existia um conhecimento prévio tanto do número de alunos envolvidos no voluntariado como daqueles que em nada estão ligados a esta prática. No entanto, a expectativa seria a de encontrar um elevado número de discentes que não faz voluntariado. Assim, definiu-se desde início como objetivo perceber os motivos e as características associadas a esta postura, dado que este é um ponto ainda pouco explorado nas investigações acerca do voluntariado.

Assim, dos 191 inquiridos constatou-se que 102 nunca haviam feito trabalho voluntário, sendo que 31 são do sexo masculino e 71 do sexo feminino. A distribuição dos inquiridos pelos vários cursos é equitativa, à exceção de ciências farmacêuticas que detém o maior número de alunos não envolvidos em trabalho voluntário.

Gráfico 8: Motivo pelo qual nunca fez voluntariado



A falta de disponibilidade é maioritariamente apontada como motivo para que os indivíduos nunca tenham exercido qualquer tipo de atividade voluntária, denote-se que esta foi também enunciada pelo grupo anterior como razão para a cessação do seu trabalho voluntário. Uma parte importante dos sujeitos menciona ainda nunca ter pensado sobre o assunto.

Salientar ainda, o baixo número de respostas quanto ao facto de o percurso académico ser demasiado exigente e como tal um impedimento ao exercício do trabalho voluntário.

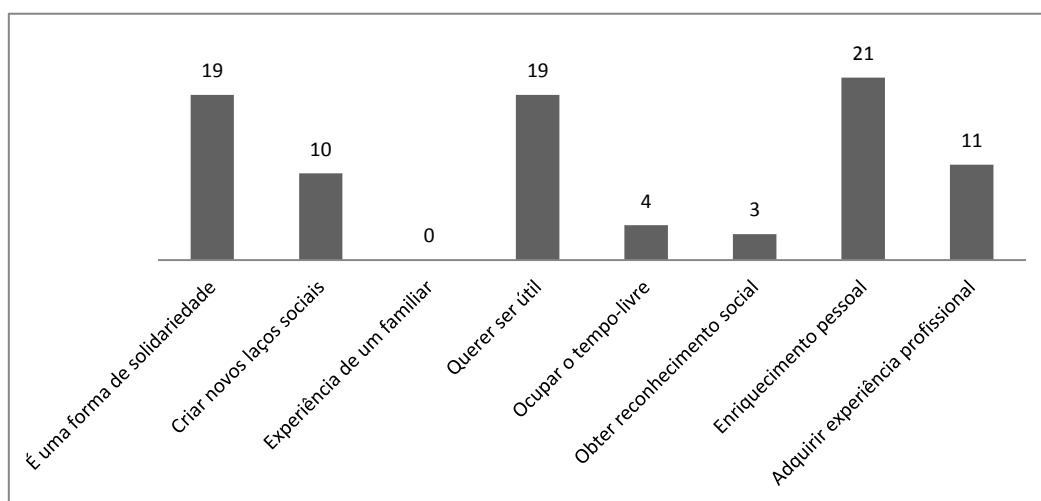
5.3. Motivações do trabalho voluntário

Abordar a temática do voluntariado sem referir as motivações inerentes à sua prática é de todo uma tarefa impossível, no sentido em que elas são responsáveis não só pela decisão de todo e qualquer indivíduo se tornar voluntário mas também pelo domínio onde o voluntário irá exercer a sua atividade.

Como se sabe, estas podem ser de caráter altruísta ou egoísta sendo que a primeira se refere ao benefício de terceiros e a segunda às mais-valias que o próprio voluntário pretende adquirir com a sua ação.

Assim, foi pedido aos inquiridos que referissem quais as motivações inerentes à prática do voluntariado.

Gráfico 9: Motivações dos voluntários para o exercício da sua atividade (n=26).



Os dados apresentados pelo gráfico dizem respeito apenas aos 26 voluntários que integram a amostra. No que concerne às motivações que influenciaram os inquiridos a tornar-se voluntários as mais frequentes são o “*enriquecimento pessoal*”, o “*querer ser útil*” e ainda, “*é uma forma de solidariedade*”. Em oposição motivações como “*ocupar o tempo-livre*” ou “*obter reconhecimento social*” são as que menos pesam aquando da decisão em se tornar voluntário. De salientar que nenhum dos indivíduos considerou que a “*experiência de um familiar*” seja uma das razões inerentes à prática do voluntariado.

A escolha dos motivos atrás mencionados em detrimento de outros pode dever-se à forma como o sujeito encara e concebe a ação voluntária, ou seja, atualmente o voluntariado é visto como uma prática social que acarreta benefícios não só para quem o recebe mas também para quem o pratica. Além disso, é interpretado de acordo com a função social que lhe é destinada. Tendo em conta as dimensões da amostra em causa, não é possível afirmar que esta seja uma tendência, contudo o que se conclui é que os aspetos mais ligados à personalidade do indivíduo são os que mais pesam enquanto motivação para a prática voluntária.

Nos gráficos seguintes, verifica-se que tanto os ex-voluntários como aqueles que nunca exerceram trabalho voluntário elegem as mesmas motivações que os voluntários para o início do voluntariado. Reforçando deste modo, o que foi dito anteriormente acerca da forma como se concebe a prática voluntária atualmente.

Gráfico 10: Motivações para o voluntariado segundo os ex-voluntários (n=56)

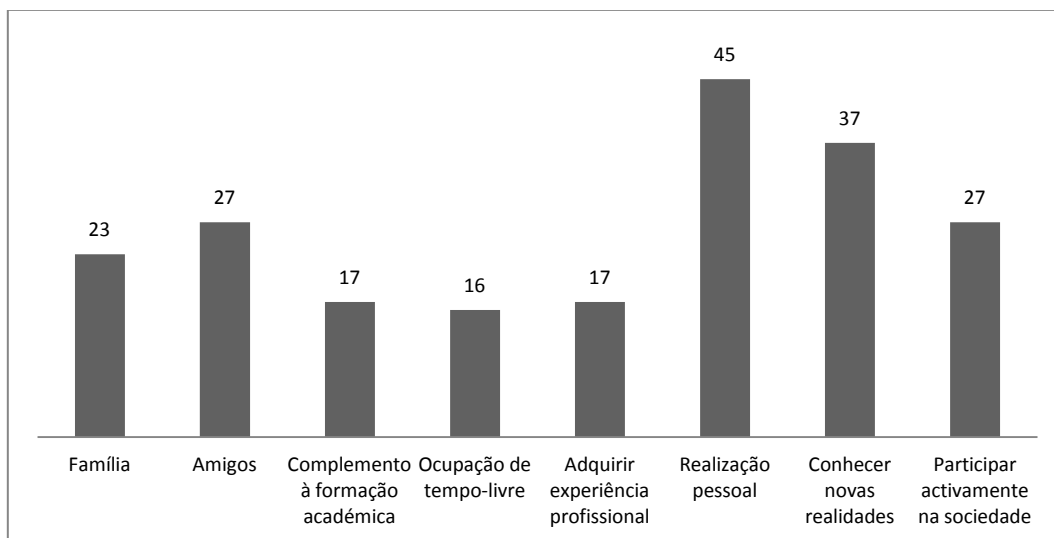
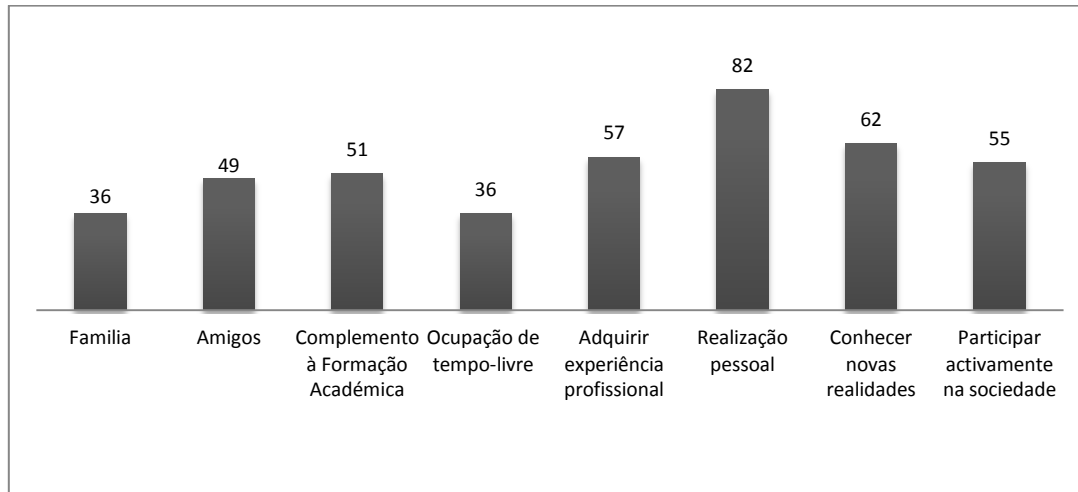


Gráfico 11: Motivações para o voluntariado segundo aqueles que nunca foram voluntários (n=102)



O que distingue os gráficos apresentados do anterior (gráfico 9) é a importância que aqui se confere aos agentes de socialização, neste caso a família e os amigos. Relembre-se que anteriormente nenhum dos sujeitos mencionou o núcleo familiar como motivação para a sua ação. Sendo assim, resta pois aferir acerca da forma como a socialização influencia o discente para o início da prática voluntária. Para tal, foi elaborada a hipótese que se segue:

H1: A socialização recebida pelo jovem induz à sua participação no voluntariado.

Na hipótese 1 aquilo que se pretende é perceber de que forma a socialização que o jovem recebeu interfere na sua decisão em se tornar voluntário. Assim, e de acordo com o conceito de socialização apresentado por Giddens (2007), esta comporta uma fase inicial denominada por socialização primária e outra mais avançada, a que se dá o nome de socialização secundária.

A primeira fase corresponde ao processo de aprendizagem que a criança recebe essencialmente da família. É através deste agente de socialização que o indivíduo apreende as regras básicas de comportamento da sociedade em que se encontra inserido. Numa fase mais tardia da infância e até à idade adulta, os agentes de socialização alteram-se e o papel fundamental que a família detinha até então, é complementado senão substituído por outros. Fala-se portanto, do papel que por exemplo, a escola, o grupo de pares ou até os meios de comunicação exercem no sujeito.

Neste sentido, na hipótese apresentada a socialização funciona como variável independente, e a participação do jovem no voluntariado como variável dependente. De salientar que os indicadores escolhidos a serem analisados no âmbito da socialização foram a família e o grupo de pares (amigos). Neste contexto de investigação é usado o conceito de família no seu sentido lato.

Relativamente à variável família, a relevância desta no modo como o sujeito é influenciado por ela para se tornar ou não voluntário assume uma posição crescente. Quer isto dizer, que a experiência de um familiar enquanto motivação para a prática do voluntariado difere de acordo com a relação que o inquirido possui com a temática em análise. Em síntese, a variável em discussão não é tida como motivação inerente à prática do voluntariado para os indivíduos que se encontram a executar trabalho voluntário, em oposição, aos ex-voluntários e àqueles que nunca exerceram uma atividade voluntária.

O grupo de pares é outro dos fatores considerados como motivação intrínseca à prática do voluntariado, no entanto, a importância que lhe é atribuída diverge quando se estabelece uma comparação entre os indivíduos que já fizeram voluntariado e aqueles que nunca o fizeram. Ressalte-se que esta variável não foi alvo de teste na parte do questionário destinada aos indivíduos que se encontravam a exercer voluntariado aquando da investigação.

Tabela 13: A socialização contribui positivamente para o início da prática voluntária.

		Frequência	Percentagem
Valid	Verdadeiro	152	79,6%
	Falso	10	5,2%
	Sem inf	3	1,6%
	Total	165	86,4%
Missing	Não tem de rsp	26	13,6%
Total		191	100%

A tabela de frequências ilustra a opinião dos inquiridos face ao papel da socialização enquanto potenciadora do exercício da prática voluntária. Assim, 79,6% dos inquiridos

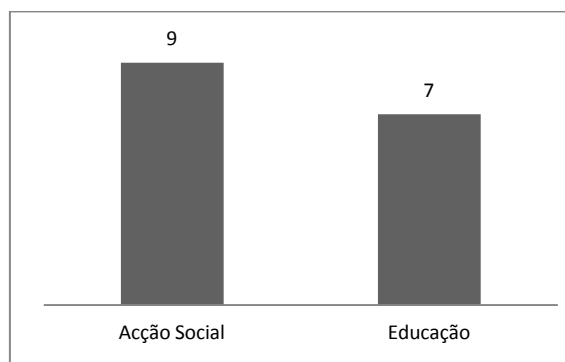
confirmam que a socialização contribui de forma positiva para que o indivíduo inicie o seu trabalho voluntário, em oposição, os restantes 5,2% consideram que esta não é um fator que potencie a ação voluntária.

Salientar apenas que dos agentes de socialização considerados (família e grupo de pares), aquele que parece ter maior importância quando comparados entre si, é o grupo de pares em detrimento da família (gráfico 10 e 11). Todavia, é possível considerar que a hipótese em causa é verdadeira, pois ao se juntar as respostas favoráveis a ambos os agentes denota-se que comparativamente às restantes motivações apresentadas são preponderantes.

5.4. Áreas de atuação do voluntariado

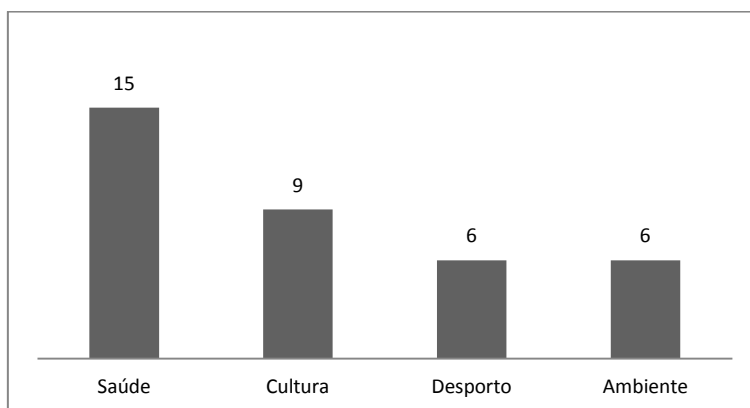
Atualmente o voluntário tem à sua escolha diversos âmbitos de atuação no que diz respeito à prática do voluntariado. Nesse sentido é importante perceber em que áreas o indivíduo se sente mais confortável para intervir, tendo em conta que estas se baseiam fundamentalmente nos seus gostos, aptidões e interesses pessoais.

Gráfico 12: Principais áreas de atuação dos voluntários



A amostra em análise totaliza 26 discentes envolvidos em algum trabalho voluntário no momento em que foram inquiridos. Questionados acerca das áreas onde exerciam a sua atividade, os domínios da ação social (9) e da educação (7) são os mais referidos, sendo a presença feminina maioritária em ambos.

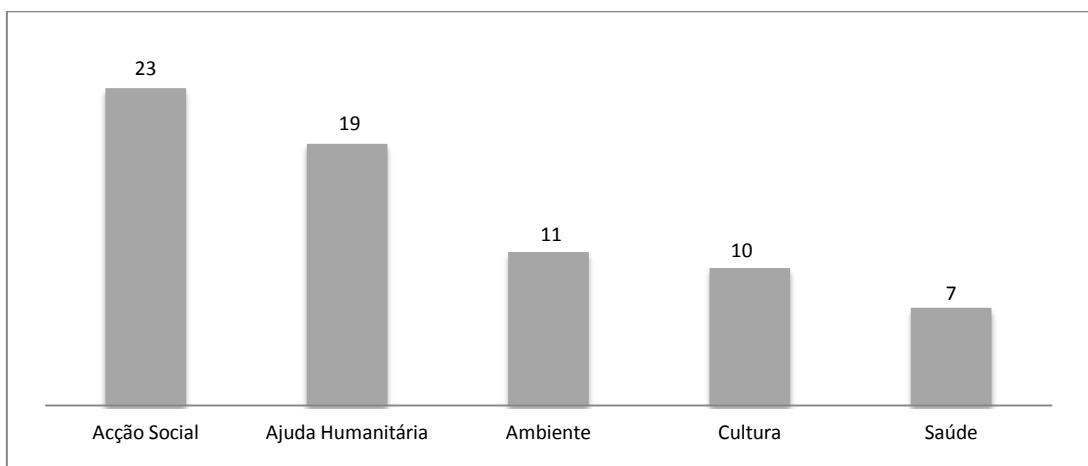
Gráfico 13: Áreas de atuação onde os voluntários também gostariam de exercer o seu trabalho



No entanto, a saúde, a cultura, o desporto e o ambiente emergem como áreas relevantes onde os inquiridos gostariam de exercer algum tipo de trabalho voluntário. Os resultados obtidos surgem em concordância com os dados relativos à Europa dos 27 presentes no Eurobarómetro 75.2 (2011) onde se destaca no seio dos mais jovens a preponderância do voluntariado em áreas como a educação e o meio ambiente.

Questionados ainda acerca do público-alvo com o qual se sentem melhor para interagir, a categoria dos jovens e das crianças surge em primeiro lugar, em oposição, encontram-se as mulheres e os grupos socialmente excluídos.

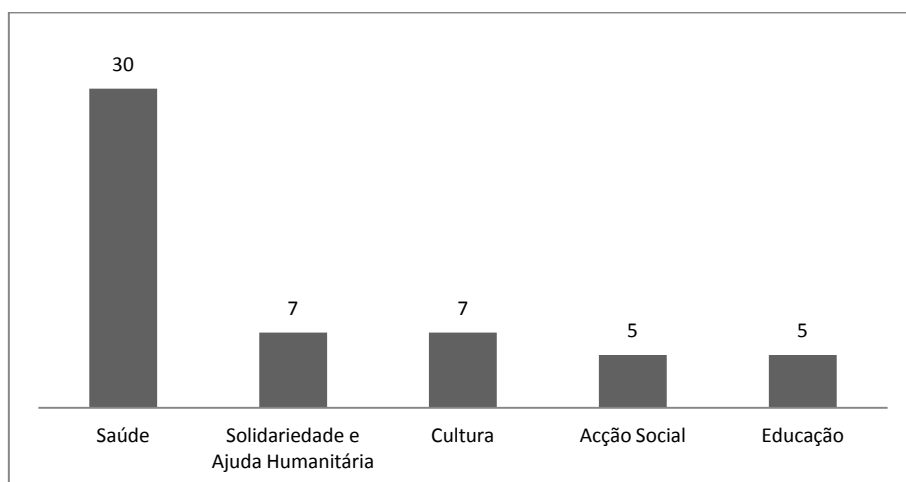
Gráfico 14: Principais áreas onde os ex-voluntários exerciam a sua atividade



Na amostra em análise são 56 os inquiridos que outrora fizeram trabalho voluntário. Do gráfico apresentado vale a pena destacar que tal como os voluntários também eles elegem a ação social (23) como o principal domínio onde exerciam a sua ação a par com a ajuda humanitária (19).

Referir também a taxa de participação no ambiente, na cultura e na saúde, indo desta forma ao encontro do que anteriormente havia sido considerado pelos voluntários como setores onde gostariam de exercer trabalho voluntário.

Gráfico 15: Principais áreas onde os indivíduos que nunca fizeram voluntariado gostariam de o fazer.

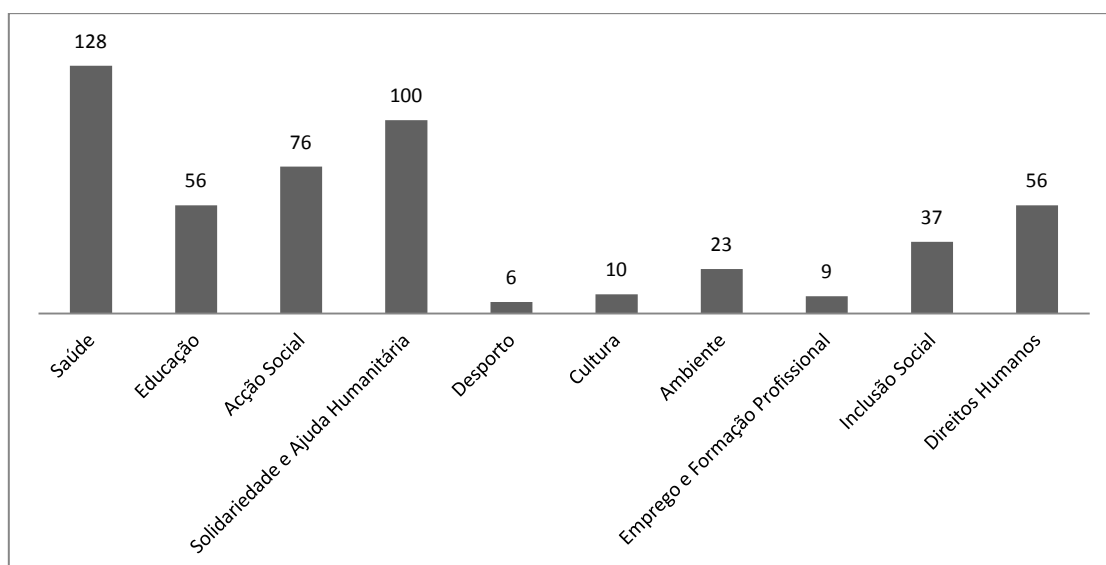


Dos inquiridos que afirmaram poder vir exercer trabalho voluntário no futuro (92), a área escolhida de forma maioritária está ligada ao setor da saúde. Seguida da solidariedade e ajuda humanitária, cultura, ação social e educação.

Em síntese é possível concluir que todos os inquiridos independentemente da sua posição face ao voluntariado são unânimes nos domínios onde exercem, já exerceram ou gostariam de exercer trabalho voluntário. A ação social surge como o domínio onde a maior parte dos inquiridos exerce ou já exerceu trabalho voluntário, por sua vez a saúde é a área predominante quando se pergunta onde gostariam de exercer voluntariado no futuro.

Apesar de os inquiridos já terem mencionado quais as áreas onde são, foram ou gostariam de ser voluntários, foi-lhes pedido que de acordo com a sua opinião referissem em quais é fulcral a ação do voluntariado atualmente. As respostas obtidas encontram-se no gráfico seguinte.

Gráfico 16: Áreas onde é pertinente a ação do voluntariado (n=191)



Os inquiridos são unânimes ao considerar como áreas primordiais de atuação do trabalho voluntário a saúde, a solidariedade e ajuda humanitária, a ação social, a educação e os direitos humanos. Torna-se relevante salientar que o facto dos domínios da saúde e da ajuda humanitária serem aqueles que estão no topo das respostas obtidas, vêm confirmar a perspetiva divulgada no Eurobarómetro 75.2 (2011). Este revela que estas são também as áreas escolhidas como fundamentais para fazer voluntariado na Europa dos 27.

Resta ainda destacar a ponderação dada aos domínios da cultura e do ambiente. O primeiro no sentido em que é escolhido primordialmente na Europa, sendo que em Portugal essa escolha ronda os 27%. O segundo aparece como uma tendência importante no seio dos mais jovens a par com a educação. Mencionar ainda, que ao escolherem a solidariedade e ajuda humanitária como um domínio onde é indispensável a ação voluntária, revela que os inquiridos dispõem de um grau habilitacional elevado. Este e outros aspetos relativos ao tipo de área onde se exerce trabalho voluntário forma abordados no ponto 1.2 do primeiro capítulo desta dissertação.

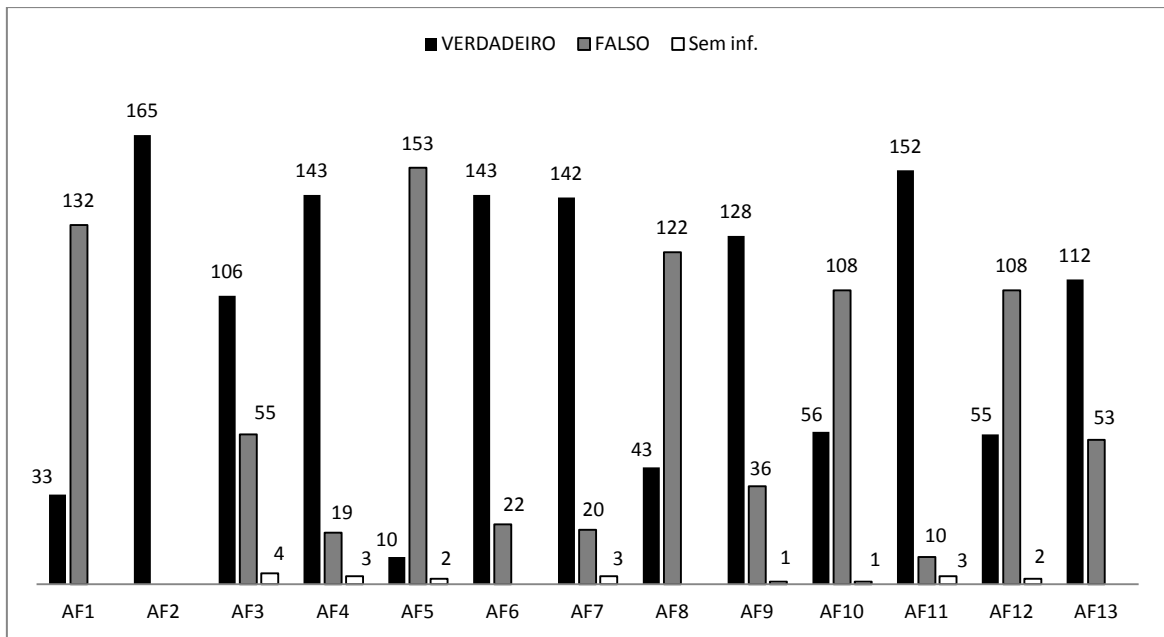
5.5. Opinião dos inquiridos face ao voluntariado

O quadro seguinte expõe um conjunto de treze afirmações, nas quais o indivíduo deveria selecionar a opção “verdadeiro” ou “falso” de acordo com a sua opinião. Algumas das declarações já foram alvo de questionamento anteriormente, o que se pretende é perceber de que forma se alteram ou em oposição se mantêm.

Tabela 14: Afirmações apresentadas aos inquiridos

<p>AF1: O trabalho voluntário não engloba nenhuma recompensa para quem o pratica.</p> <p>AF2: Ser voluntário é querer fazer algo mais pela sociedade.</p> <p>AF3: O altruísmo é a base do voluntariado.</p> <p>AF4: A falta de tempo e de informação são apresentados como motivos para não exercer voluntariado.</p> <p>AF5: O trabalho voluntário é característico dos mais idosos.</p> <p>AF6: Os jovens veem no voluntariado uma forma de enriquecer o seu currículo académico e ganhar experiência profissional.</p> <p>AF7: O voluntário não espera receber nada em troca com a sua ação.</p> <p>AF8: Só é considerado voluntariado a ação exercida com base num compromisso entre o indivíduo e a instituição que o acolhe.</p> <p>AF9: O voluntariado ocasional é característico dos jovens, nomeadamente estudantes.</p> <p>AF10: Os voluntários jovens detêm na sua maioria um curso do ensino superior.</p> <p>AF11: A socialização contribui positivamente para o início da prática voluntária.</p> <p>AF12: O ingresso no ensino superior conduz ao abandono do voluntariado.</p> <p>AF13: Atualmente o voluntariado é uma prática indispensável.</p>

Gráfico 17: Respostas dadas às afirmações



O gráfico mostra as respostas consideradas como verdadeiras ou falsas de acordo com a opinião dos indivíduos que já foram voluntários e daqueles que nunca o foram, face às afirmações apresentadas na tabela anterior. Em primeiro lugar serão analisadas as declarações vistas como verdadeiras e posteriormente as falsas.

A afirmação em que os indivíduos foram mais consensuais na sua resposta, menciona o que já foi dito anteriormente acerca dos motivos que os incitam a realizar trabalho voluntário, querem ser ativos, marcar a diferença com a sua ação, assim sendo, “*ser voluntário é querer fazer algo mais pela sociedade*” (AF2).

Abordar o voluntariado sem referir as motivações e os benefícios intrínsecos à sua ação é de todo impossível, já que, como foi comprovado ambos os fatores são responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho voluntário. Neste sentido, as afirmações 4,6,7 e 11 direcionam o seu enfoque para esses domínios, reforçando os dados anteriormente obtidos acerca deste assunto. Escrutinando as afirmações tem-se que mais uma vez, se reforça a ideia de que o trabalho voluntário é simultaneamente um meio de enriquecimento curricular e uma forma de ganhar experiência profissional. A socialização é ponderada como uma forte motivação para o trabalho voluntário, em oposição, à falta de tempo e de informação apontados como motivos para não o praticar.

As restantes afirmações verdadeiras (3, 9, 13) são elucidativas da génese da motivação para iniciar o trabalho voluntário, do tipo de trabalho voluntário associado aos jovens e por fim, sobre a aplicabilidade do voluntariado na sociedade atual. Salientar apenas que a situação descrita na afirmação 9 não se verificou nos voluntários da amostra populacional.

Cingindo agora a análise para o domínio das frases tidas como falsas verificou-se que os indivíduos discordam de forma uníssona de que “*o trabalho voluntário seja característico dos mais idosos*” (AF5). Os resultados obtidos nas restantes afirmações mencionam factos que por esta altura, já não são de todo novos, como tal, vêm apenas confirmar o que anteriormente se constatou.

Neste sentido, os indivíduos concebem o voluntariado como uma prática que potencia benefícios não só para quem o recebe mas também para quem o realiza, quer seja exercido dentro ou fora de uma organização. Contudo, apesar de não considerarem o percurso académico como um motivo para que o voluntário cesse a sua atividade, não concordam quando se afirma que os voluntários jovens detêm na sua maioria um curso do ensino superior.

CAPÍTULO VI: Discussão dos resultados

Após a apresentação e conseqüente análise dos dados encontrados através da investigação empírica, importa agora discuti-los a fim de dar a conhecer as principais conclusões encontradas.

A amostra em análise totaliza 191 inquiridos dos 549 possíveis, em que 13,6% são voluntários, 29,3% já foram voluntários, 53,4% nunca fizeram voluntariado e os restantes 3,7% não mencionaram em qual das situações se enquadravam.

Relativamente ao género 27,2% são do sexo masculino e 72,8% do sexo feminino, distribuídos entre os 18 e os 68 anos de idade, sendo a faixa etária dos 20 anos de idade a mais fulcral. Salientar ainda que mais de metade da amostra, ou seja, 65,4% são discentes do primeiro ano e ao terceiro ano correspondem os restantes 34,6%.

Como já se disse o índice de participação no voluntariado corresponde a 13,6%. Ainda que a amostra em causa não possua grandes dimensões, é possível concluir que este valor está em conformidade com a proporção de sujeitos envolvidos em ações de voluntariado a nível nacional que em 2011 era de 12% segundo os dados presentes no Eurobarómetro 75.2 (2011).

De acordo com os resultados obtidos é possível afirmar que os voluntários presentes na amostra em análise são maioritariamente do sexo feminino, na faixa etária dos 20 anos de idade. Iniciaram a sua ação como voluntários após a entrada na faculdade e executam-na de forma regular no seio de uma organização. No campo das motivações para a prática voluntária estes são movidos tanto por motivações egoístas (*“enriquecer a nível pessoal”*) como por motivações altruístas (*“querer ser útil, solidário”*). Através da realização de trabalho voluntário pretendem participar ativamente na sociedade e com isso sentirem-se realizados a nível pessoal, enriquecer o seu currículo e criar novos laços sociais. Elegem como áreas primordiais de intervenção a ação social e a educação.

Em oposição aos voluntários os indivíduos que já não exercem trabalho voluntário realizavam-no maioritariamente de forma ocasional e não estavam integrados em nenhuma organização. A sua ação era executada nos domínios da ação social e da ajuda humanitária. No que respeita, às motivações vale a pena destacar a importância dada à socialização recebida, nomeadamente pela família e pelo grupo de pares, já que as restantes razões estão em conformidade com as respostas dadas pelos voluntários. Referir ainda que o principal motivo para que estes indivíduos tenham abandonado a sua atividade voluntária está relacionada com a falta de disponibilidade.

Tal como no caso anterior, também os inquiridos que nunca fizeram voluntariado, referiram a falta de disponibilidade como a principal razão para essa situação. Quanto aos domínios onde hipoteticamente gostariam de vir a exercer voluntariado, os discentes referiram as áreas da saúde, da solidariedade e ajuda humanitária, da educação e da cultura. Saliente-se que os âmbitos mencionados fazem parte das escolhas não só dos voluntários, mas

também daqueles que já não exercem voluntariado. Quer isto dizer que, embora a situação perante o voluntariado seja distinta no total dos inquiridos, as áreas de intervenção onde realizam ou gostariam de vir a realizar voluntariado são coincidentes, o que revela homogeneidade nas respostas encontradas. Acrescente-se ainda que de acordo com a visão demonstrada pelo Eurobarómetro 75.2 (2011) na Europa dos 27 as áreas em destaque no que remete para os índices de participação são a cultura e o desporto, ao passo que a solidariedade e ajuda humanitária, a saúde, a educação e o ambiente surgem como áreas onde é bastante pertinente a ação do voluntariado.

6.1. Confirmação das hipóteses

Tabela 15: Resultados das Hipóteses

H1: A socialização recebida pelo jovem induz à sua participação no voluntariado.	Confirmada
H2: O percurso académico influencia o estudante para o abandono do voluntariado.	Não confirmada
H3: O voluntariado ocasional é característico dos estudantes universitários.	Não confirmada
H4: Na perspetiva dos estudantes universitários, o trabalho voluntário não tem de ser exercido no seio de uma organização que o promova.	Confirmada

Hipótese 1: Ao analisar a influência da socialização (família e grupo de pares) na participação do inquirido nas redes de voluntariado, verificou-se que esta é uma forte impulsionadora para a realização de trabalho voluntário. Os dados fornecidos pela ENTRAJUDA (2011) relativos ao voluntariado em Portugal, confirmam isso mesmo, segundo esta entidade 39,8% dos voluntários que chegam às instituições fazem-no com base na indicação de um familiar / amigo. Na amostra em análise constatou-se que o grupo de pares exerce maior influência na decisão do sujeito para que este se torne voluntário, no entanto quando conjugado com a família comprova-se que juntos exercem grande força no início do trabalho voluntário. Como tal a hipótese confirma-se.

Hipótese 2: De acordo com os índices de participação no voluntariado referenciados anteriormente, conclui-se que a realidade do trabalho voluntário está em mudança, dado que existem cada vez mais jovens a exercê-lo, caracterizados por um nível habilitacional elevado. É certo que após a análise dos dados se concluiu que nenhum inquirido afirmou ter efetivamente abandonado a sua atividade voluntária e sim que essa diminuiu. Contudo, a diferença existente entre os indivíduos que aumentaram a realização do seu trabalho voluntário e aqueles que o diminuíram não é significativa para que se possa confirmar ou infirmar a relação estabelecida.

Hipótese 3: A frequência com que o indivíduo exerce o seu trabalho voluntário é também alvo de questionamento, sobretudo no seio dos mais jovens devido aos seus gostos e

interesses diversificados. No entanto, o que esta pesquisa pôde apurar é que para os mais jovens, o trabalho voluntário vai muito além do que uma mera ocupação de tempo-livre. Assim na maioria das respostas obtidas, os inquiridos referiram que após iniciarem o seu trabalho voluntário o fazem de forma regular, ou seja, pelo menos uma vez por mês. No entanto, a distribuição entre aqueles que o fazem de forma regular e ocasional é equitativa o que não permite afirmar que o trabalho voluntário exercido regularmente seja uma tendência. Nesse sentido, não é possível confirmar a hipótese em causa.

Hipótese 4: Associado à frequência com que o sujeito realiza o seu trabalho voluntário, surge o local onde este o exerce. De lembrar que a legislação portuguesa em vigor acerca do voluntariado, apenas considera como trabalho voluntário aquele que é devidamente exercido no seio de uma instituição que o promova, ou seja, apenas contempla nas suas trâmites o que se conhece como voluntariado formal. No entanto de acordo com a nossa amostra foi possível comprovar que os inquiridos consideram que o voluntariado pode ser exercido fora de uma instituição. Nesse sentido a hipótese confirma-se.

CAPÍTULO VII: Considerações Finais

A presente dissertação teve como objetivo principal o estudo do voluntariado nas camadas mais jovens da população, nomeadamente em contexto universitário. Nesse sentido, foi dado enfoque às motivações, à frequência, ao local, às áreas e aos benefícios que caracterizam os voluntários e os indivíduos que já foram voluntários encontrados na amostra. Acresce ainda a análise face aos indivíduos que nunca exerceram voluntariado, a fim de perceber que opinião detêm da temática em questão bem como de quem a pratica.

A revisão de literatura realizada permitiu contextualizar o leitor para a temática alvo de análise através da pesquisa empírica, já que demonstrou os contornos e as características do voluntariado a nível europeu e posteriormente em território nacional. O voluntariado enquanto prática social teve as suas bases através do princípio do assistencialismo promovido pela Igreja e pelas Misericórdias, tendo como objetivo principal o combate à pobreza e o auxílio aos mais necessitados. Atualmente a sua ação desenvolve-se no seio de instituições e organizações do terceiro setor, as IPSS e o seu âmbito de atuação vai muito além do objetivo inicial.

A prática social conhecida como voluntariado é estudada por diversas áreas científicas, nomeadamente a sociologia e a psicologia social, ainda que de formas diferentes é possível concluir que ambas se complementam. Assim, *“do ponto de vista sociológico, estuda-se o voluntariado e as suas relações com instituições sociais, fatores demográficos, relações com o grupo familiar e com a religião”* (Wilson in Moniz e Araújo (2008:150). Na psicologia social o voluntariado é entendido como uma ação realizada individual ou coletivamente tendo em vista o benefício de terceiros.

Deste modo, o trabalho voluntário é analisado e vivenciado de formas distintas, dependendo em grande medida do contexto em que se encontra inserido. Ainda que seja deveras complicado definir o conceito de voluntariado, sem gerar uma discussão em torno do mesmo, é possível destacar algumas características comuns a todas as definições apresentadas no capítulo I desta dissertação. Assim, este pode ser caracterizado como uma prática que se baseia numa escolha livre e autónoma por parte de quem o pratica, exercido de forma gratuita, sem imposição de horários e duração temporal e sempre a favor de terceiros. Para além disto, o trabalho voluntário comporta ainda motivações inerentes à sua prática bem como benefícios.

Em Portugal o trabalho voluntário é definido como *“o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da*

comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas” (in Diário da República I - Série - A, nº254 - 3 de novembro de 1998). Ainda que esta seja a legislação em vigor que define e coordena a atividade voluntária, de acordo com as perspetivas apresentadas no enquadramento teórico, esta pode ser alvo de questionamento, nomeadamente no que respeita aos benefícios que o sujeito pretende adquirir com a sua prática.

De acordo com os autores Rubin e Thorelli in MONIZ e Araújo (2008:150) “ (...) *as motivações para tornar-se voluntário se distribuem ao longo de um contínuo entre dois pólos: o altruísmo absoluto e o egoísmo absoluto*”. Contudo, este percurso é alicerçado entre extremos, sendo assim a sua aplicabilidade a nível prático é impossível, nesse sentido no âmbito social opta-se segundo os mesmo autores por uma “*noção de altruísmo-relativo em que os comportamentos serão julgados mais ou menos altruístas dependendo do grau em que foram motivados pela expectativa do benefício*”.

Nesse sentido, a investigação empírica veio comprovar que no campo das motivações inerentes à prática do voluntariado, as mais frequentes são a socialização, a realização pessoal, querer participar ativamente na sociedade e conhecer novas realidades. Os benefícios que os inquiridos esperam adquirir com a sua ação enquanto voluntários são participar ativamente na sociedade, criar novos laços sociais, enriquecer a nível curricular, realizar-se a nível pessoal e por fim, ganhar experiência profissional. Destacar que alguns dos fatores apresentados são considerados simultaneamente como uma motivação e um benefício decorrente da prática voluntária, dado que a distinção entre ambos é ténue. Acrescenta-se ainda que de acordo com o Eurobarómetro 75.2 (2011:17) “*a perceção dos benefícios do voluntariado não difere grandemente entre os inquiridos que estão envolvidos numa atividade voluntária e aqueles que não estão*”.

De acordo com esta perspetiva, estão também as áreas de intervenção onde os indivíduos exercem, exerceram e gostariam de vir a exercer voluntariado. Neste sentido, esses domínios são a ação social, a educação, a ajuda humanitária, a saúde, o ambiente e a cultura. Questionados ainda acerca das áreas onde a intervenção do voluntariado é fulcral a primazia é dada à saúde, à solidariedade e ajuda humanitária, à ação social, à educação e aos direitos humanos. A revisão de literatura enunciava para o facto de que os jovens eram associados a uma prática voluntária exercida de forma esporádica e pontual, no entanto, a investigação empírica demonstrou que os voluntários presentes na nossa amostra exercem voluntariado de forma regular. Associado à frequência com que a atividade voluntária é realizada, surge o local em que esta se desenvolve. Os voluntários presentes na amostra em análise mencionaram desenvolver o seu trabalho voluntário no seio de uma organização, indo

desta forma ao encontro do que é definido pela legislação portuguesa, já que esta apenas considera como trabalho voluntário aquele que é devidamente exercido no seio de uma instituição que o promova, ou seja, apenas contempla nas suas trâmites o que se conhece como voluntariado formal.

Por fim, resta referir que os objetivos definidos enquanto linhas orientadoras da investigação foram cumpridos. Assim, foi possível não só enunciar o perfil dos voluntários encontrados na amostra, mas também mencionar os aspetos que os distinguem dos não voluntários. E ainda, conhecer as motivações inerentes ao trabalho voluntário, bem como a influência exercida pela socialização e pelo percurso académico para o desenvolvimento do mesmo.

Contudo, esta é pois uma temática que não é estanque, no sentido em que a sua missão é de certa forma acompanhar o progresso da realidade social e tentar colmatar as situações adversas que vão surgindo. Tendo em conta que o voluntariado atua hoje em praticamente, senão em todos os domínios que compõem a sociedade moderna, por que motivo os índices de participação a nível nacional estão ainda aquém da média europeia? Tendo em conta que muitos jovens vêem no trabalho voluntário uma forma de adquirir experiência profissional, qual o impacto deste no mercado laboral?

Bibliografia

ALAGUERO, Ángel Zurdo (2003), “La ambivalencia social del nuevo voluntariado: estudio cualitativo del voluntariado social joven en Madrid”, Universidad Complutense de Madrid: Facultad de Ciencias Políticas y Sociología.

ALMEIDA, Ana Nunes de e Ferrão, J. coord. (2001), “Caracterização do voluntariado em Portugal ”, Lisboa, Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários.

ALMEIDA, Joana Rita Nunes Damásio (2011), “O voluntariado na adolescência: um estudo exploratório sobre o impacto na autoeficácia e na conceção positiva de si”, Mestrado integrado em psicologia, Secção de Psicologia Clínica e da Saúde, Núcleo de Psicoterapia Cognitivo-Comportamental e Integrativa - Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.

ALMEIDA, Maria dos Anjos; Nunes, Sandra; Pais, Susana; Amaro, Teresa Pina coord. (2008), “Estudo sobre o Voluntariado”, Observatório do Emprego e Formação Profissional, Lisboa, disponível em: <http://aev2011.cne-escutismo.pt/PDF/VOLUNTARIADO/C/ESTUDO%20SOBRE%20O%20VOLUNTARIADO-2008.pdf>

AZEVEDO, Débora (2007), “Voluntariado corporativo - motivações para o trabalho voluntário”, in Revista Produção, edição especial/ dezembro 2007, pp. 1 -14.

BARBOSA, Manuel (2007), “A cidadania também faz parte da universidade”, in Revista Portuguesa de Educação, 2007, 20 (1), pp. 249-251.

BOHNER et al. (2011), “Projeto sorrir faz bem: o voluntariado na vida académica”, in REMOA - Revista Eletrónica do Curso de Especialização em Educação Ambiental da UFSM, vol. (3), nº3, pp.557 - 562, 2011.

CAMPOS, Márcia; Sousa, Vilma (1999), “O voluntariado como forma de protagonismo social”, in Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento. Brasília, Brasil. Ministério da Saúde, Ago. 1999, pp.80 - 85.

CARBALLAL, Luís Barreiro (2009), “El voluntariado: entre la ciudadanía y la ideología”, in Revista Katál. Florianópolis v.12 n.2 pp. 235-240 Jul./Dez 2009.

CATARINO, Acácio F. (2007), “Do Voluntariado na Ação Social” in Revista Sociedade e Trabalho nº 32, 1ª edição - outubro de 2007

CHACÓN, F.; VECINA, M.L. (2002); “Gestión del Voluntariado”, Editorial Síntesis, S.A., Spain.

CHACÓN, F., Pérez Tania, Flores Jèrôme y Vecina Maria Luisa (2010), “Motivos del Voluntariado: Categorización de las Motivaciones de los Voluntarios Mediante Pregunta Abierta”, in Intervención Psicosocial vol.19, nº3, 2010 - pp. 213 - 222

DIÁRIO da República - I - Série - A, nº254 - 3 -11-1998, Lei nº71/98 de 3 de novembro.

DIÁRIO da República - I - Série - A, nº229 - 30-9-199, Decreto - Lei nº389/99 de 30 de setembro.

ENCONTRO de Voluntariado Universitário (2011), Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

ENTRAJUDA (2011) (2011), “Alguns dados relativos ao Voluntariado em Portugal”, disponível em: [http://www.ENTRAJUDA \(2011\).pt/pdf/Voluntariado%20em%20Portugal_Jan%202011.pdf](http://www.ENTRAJUDA(2011).pt/pdf/Voluntariado%20em%20Portugal_Jan%202011.pdf)

EUROBARÓMETRO 75.2 (2011), Voluntariado e Solidariedade Intergeracional, disponível em: http://www.europarl.europa.eu/pdf/eurobarometre/2011/juillet/04_07/rapport_%20eb75_2_%20benevolat_pt.pdf

FERREIRA, Catarina (2008), “Dos motivos às consequências: contornos do voluntariado jovem contemporâneo, Universidade da Beira Interior: Unidade científico pedagógica das ciências sociais e humanas - departamento de sociologia.

FERREIRA, Marisa; Proença, Teresa e Proença, João F. (2008), “As motivações no trabalho voluntário”, in Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão - Jul / Set 2008, disponível em: [http://aev2011.cneescutismo.pt/PDF/VOLUNTARIADO/C/MOTIVAÇÕES%20NO%20TRABALHO%20VOLUNTARIO%20\(AS\).pdf](http://aev2011.cneescutismo.pt/PDF/VOLUNTARIADO/C/MOTIVAÇÕES%20NO%20TRABALHO%20VOLUNTARIO%20(AS).pdf)

FLICK, Uwe (2005): “Métodos Qualitativos na Investigação Científica”, Monitor;

FONSECA, Maria de Lurdes (2001); “Cidadania, democracia, juventude e voluntariado numa abordagem sociológica”; Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP - UTL)

GIDDENS, Anthony (2007); “Sociologia”; Fundação Calouste Gulbenkian; 5ª edição

GONZALO, Luis A. Aranguren (s/d); “Los Itinerarios educativos del voluntariado”; Plataforma para la promoción del voluntariado en España; A fuego lento - colección 2ª edición

GUERREIRO, Maria das Dores; Abrantes, Pedro (2004); “Transições Incertas - Os jovens perante o trabalho e a família”; CITE

JAVALOY, Patricia Soler (2008); “Factores psicosociales explicativos del voluntariado universitario”; Tesis Doctorales: Universidad de Alicante, Facultad de económicas - Departamento de Sociología II, Psicología, Comunicación y Didáctica.

KLEIN, Rejane Ramos (2005); “Educação e Voluntariado: uma parceria produtiva”; Programa de Pós-Graduação em Educação: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo.

LANDA, Méndez; Teresa, Maria (s/d), “ Voluntariado universitário, participación ciudadana y desarrollo”, IX Congreso Anual de Investigación sobre el tercer setor en México - VII Conferencia Regional ISTR América Latina y el Caribe.

LEIGH, Robert (2011), “State of the World’s Volunteerism Report Team”, disponível em <http://www.google.pt/search?ix=heb&sourceid=chrome&ie=UTF-8&q=pdf>

MANIFESTO sobre Voluntariado na Europa (2006), European Volunteer Centre - CEV.

MONIZ, A.L.F; Araújo, T.C.C.F (2008), “ Voluntariado hospitalar: um estudo sobre a perceção dos profissionais de saúde” in Estudos de Psicologia 2008, 13 (2), 149-156.

MONTEIRO, Alcides A. (2008), “Quando a ajuda chega por mail: o voluntariado online como oportunidade e realidade” in VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: Saberes e Práticas, Lisboa, APS (disponível em www.aps.pt)

QUIVY, Raymond; Campenhoudt (2003), “ Manual de Investigação em Ciências Sociais”, Gradiva - 3ª edição.

REIS, Joana Alves dos (2010), “O fenómeno da pobreza e as implicações do voluntariado”, Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Educação com Especialização em Educação Social na UPT como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

REVISTA Escolhas (2011), “Sê voluntário: faz a diferença. Ano Europeu do Voluntariado”, nº18 abril de 2011, disponível em http://issuu.com/comunicacaope/docs/revista_escolhas_18_web_.

RÍOS, René (2004), “Universitarios y Voluntariado: Análisis del Involucramiento en Acciones Filantrópicas de los Alumnos de la PUC”, in *PSYKE* 2004, Vol. 13, nº2, 99 - 155.

ROCHA, Eugénia; Machado, Idalina e Rocha, Sérgio (2006), “Voluntariado na cidade do Porto: Resultados do Inquérito às Instituições do Setor” Câmara Municipal do Porto, Gabinete de Estudos e Planeamento, Departamento Municipal de Estudos, disponível em: http://www.cm-porto.pt/users/0/58/RelatriosobreVoluntariadonaCidadedoPorto_06bb44e270e266171a364785598098d1.pdf

ROCHA, Margarida de Jesus Rodrigues da (2011), “Motivações, envolvimento prévio, satisfação e intenção de repetir a experiência no voluntariado ocasional. O caso do Banco Alimentar contra a Fome”, Mestrado em Gestão de Serviços - Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

ROSADO, Sebastián Mora (s/d), “Presencia pública del voluntariado - Hacia una reconstrucción de escenarios participativos”; Plataforma para la Promoción del Voluntariado en España; A fuego lento - colección

SANTOS, Paula; Silva, Marisa; Guedes, Anabela (s/d); “O voluntariado como elemento de aprendizagem e de empregabilidade”, Escola Superior de Tecnologias e Gestão de Lamego, pp. 1-7.

SEMANÁRIO SOL (2011), “Voluntariado em Portugal é metade da média europeia”, edição de 29 de novembro de 2011, disponível em http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=34998

SEQUEIRA, Tiago Miguel Guterres Neves coord. (2010), “UBI em números”, Gabinete de relações públicas da Universidade da Beira Interior.

TAVEIRA, Maria do Céu (2001), “O papel da universidade na orientação e desenvolvimento dos alunos: contributos para um modelo de intervenção psicoeducacional”, in *ADAXE - Revista de Estudos e Experiencias Educativas* - (2001), 17:65-77.

VELOSO, Erivã Garcia (2004); “O apelo da solidariedade e do voluntariado nos programas de qualificação profissional de jovens: boas intenções e efeitos duvidosos”, in *Revista de Políticas Públicas* v8, nº2 de 2004, pp.57 - 73 (disponível em: <http://gurupi.ufma.br:8080/jspui/1/170>)

Sites consultados:

Banco Local de Voluntariado, http://www.cidadesaudavel.cm-viana-castelo.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=105:banco-local-de-voluntariado&catid=1, consultado em 10 de janeiro de 2012

Dicionário Porto Editora on-line, <http://www.portoeditora.pt/alp/dol/dicionarios-online/> consultado em 5 de maio de 2012

Entrevista a Elza Chambel (2011), <http://aev2011.cne-escutismo.pt/PDF/VOLUNTARIADO/C/ENTREVISTA%20A%20ELZA%20CHAMBEL.pdf> consultado em 1 de dezembro de 2011.

Instituto Português da Juventude, http://juventude.gov.pt/FAQ/IPJ/Paginas/resposta_1.aspx consultado em 4 de janeiro de 2012

Legal status of volunteers in Portugal (2005), <http://aev2011.cne-escutismo.pt/PDF/VOLUNTARIADO/C/LEGAL%20STATUS%20OF%20VOLUNTEERS%20IN%20PORTUGAL%202005.pdf> consultado em 1 de dezembro de 2011

O voluntariado universitário pode fazer a diferença por Bernardo Kliksberg, http://iesalc.unesco.org.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=2590%3Ael-voluntariado-universitario-puede-hacer-la-diferencia&catid=187%3Adestacados&Itemid=726&lang=br, consultado em 16 de novembro de 2011

Portugal no Eurobarómetro 75.2 (2011), <http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/noticias/105-eurobarometro-juventude> consultado em 11 de dezembro de 2011

Revista Visão (2011), <http://visao.sapo.pt/a-forca-do-terceiro-setor=f635589>, consultado em 26 de novembro de 2011.

União das Misericórdias, http://voluntariado.ump.pt/ump/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=38, consultado em 12 de fevereiro de 2012.

Valorização do Voluntariado (2002), http://www.filantropia.org/artigos/luis_norberto_pascoal.htm consultado em 15 de novembro de 2011

Voluntariado, www.socialgest.pt consultado em 1 de dezembro de 2011.

Voluntariado e cidadania: Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (2007), http://aev2011.cne-escutismo.pt/PDF/VOLUNTARIADO/C/comunicacao_evora_1_fevereiro2007.pdf consultado em 1 de dezembro de 2011.

Voluntariado e desenvolvimento social (1999), <http://aev2011.cne-escutismo.pt/PDF/VOLUNTARIADO/C/VOLUNTARIADO%20E%20DESENVOLVIMENTO%20SOCIAL-1999.pdf> consultado em 1 de dezembro de 2011

Volunteering and Citizenship (2004), <http://aev2011.cne-escutismo.pt/PDF/VOLUNTARIADO/C/VOLUNTEERING%20AND%20CITIZENSHIP-2004.pdf> consultado em 1 de dezembro de 2011

Voluntariado e cidadania (2001), <http://aev2011.cne-escutismo.pt/PDF/VOLUNTARIADO/C/VOLUNTARIADO%20E%20CIDADANIA.pdf> consultado em 1 de dezembro de 2011

ANEXOS

Anexo I - Inquérito por Questionário aos discentes da UBI

Questionário nº: _____

O presente questionário faz parte de uma investigação subordinada ao tema “*Voluntariado Universitário: a solidariedade nos corredores de uma faculdade*” no âmbito do 2º ciclo de estudos em Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais. O inquérito tem como intuito o estudo do voluntariado em contexto universitário, neste sentido, pretende-se apurar qual o impacto desta realidade na nossa academia.

De salientar que os dados recolhidos são confidenciais e serão usados apenas para o propósito a que se destina esta investigação, sendo que a sua análise será feita de forma estatística.

Solicita-se a sua colaboração na resposta às questões seguintes. Responda o mais objetivamente possível.

Obrigado pela sua participação.

Parte I - Perfil Sociográfico

1. Que idade tem? _____

2. Género:

2.1. Masculino

2.2. Feminino

3. Assinale a Faculdade à qual pertence:

3.1. Artes e Letras	<input type="checkbox"/>
3.2. Ciências	<input type="checkbox"/>
3.3. Ciências Sociais e Humanas	<input type="checkbox"/>
3.4. Ciências da Saúde	<input type="checkbox"/>
3.5. Engenharias	<input type="checkbox"/>

4. Indique:

4.1.1. Curso que frequenta: _____

4.1.2. Ano curricular que frequenta: _____

5. Atualmente pratica voluntariado?

5.1. Sim

5.2. Não (continue a resposta ao questionário na questão número 13)

6. Se respondeu “sim” na questão anterior indique:

6.1. Quando iniciou a sua prática?

6.1.1. Antes de ingressar na Universidade

6.1.2. Depois de ingressar na faculdade

6.2. Com que frequência exerce a sua atividade voluntária?

6.2.1. Regularmente (pelo menos 1 vez por mês)

6.2.2. Ocasionalmente (pelo menos 1 vez por ano)

6.3. Realiza voluntariado em alguma instituição?

6.3.1. Sim

6.3.1.1. Qual/Quais? _____

6.3.2. Não

Parte II - Percurso de Vida e Voluntariado

7. Que motivações influenciaram a sua decisão para se tornar voluntário?

7.1. É uma forma de solidariedade	<input type="checkbox"/>
7.2. Criar novos laços sociais	<input type="checkbox"/>
7.3. Experiência de um familiar	<input type="checkbox"/>
7.4. Querer ser útil	<input type="checkbox"/>
7.5. Ocupar o tempo-livre	<input type="checkbox"/>
7.6. Obter reconhecimento social	<input type="checkbox"/>
7.7. Enriquecimento pessoal	<input type="checkbox"/>
7.8. Adquirir experiência profissional	<input type="checkbox"/>
7.9. Outro	<input type="checkbox"/>

7.10. Qual? _____

8. Das seguintes áreas de intervenção em quais já realizou, continua, ou gostaria de realizar voluntariado?

	Realizou	Realiza	Gostava de Realizar
8.1. Cultural	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.2. Educação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.3. Ambiente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.4. Ação Social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.5. Desporto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.6. Saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8.7.Outro diga qual:

9. Qual o Qual o público-alvo com que se sente melhor para interagir, quando exerce voluntariado? (assinale no máximo 3).

9.1.Jovens

9.2.Idosos

9.3.Crianças

9.4.Homens

9.5.Mulheres

9.6.Migrantes

9.7.Grupos socialmente excluídos (toxicodependentes, presos, etc.)

9.8.Doentes

9.9.Outro Diga qual: _____

10. Na seguinte tabela, quais os benefícios que considera como mais importantes, decorrentes do voluntariado?

10.1.	Ocupar o tempo-livre	<input type="checkbox"/>
10.2.	Experiência Profissional	<input type="checkbox"/>
10.3.	Realização pessoal	<input type="checkbox"/>
10.4.	Enriquecimento curricular	<input type="checkbox"/>
10.5.	Aumento da autoestima	<input type="checkbox"/>
10.6.	Conseguir entrada no mercado de trabalho	<input type="checkbox"/>
10.7.	Criar novos laços sociais	<input type="checkbox"/>
10.8.	Participação ativa na sociedade	<input type="checkbox"/>

11. O ingresso no ensino superior contribuiu, no que diz respeito à sua ação enquanto voluntário para:

11.1. O aumento da prática

11.2. A diminuição da prática

11.3. O abandono da prática

12. Que argumento usaria para convencer alguém a tornar-se voluntário?

12.1. É uma prática social necessária

12.2. É uma mais-valia para o currículo profissional

12.3. Um meio de obtenção de estatuto social

12.4. Contribui para o desenvolvimento pessoal do indivíduo

12.5. Veículo de participação cívica

12.6. Outro, diga qual: _____

13. Dos domínios apresentados em seguida, assinale por ordem de importância, aqueles em que considera pertinente a ação do voluntariado.

13.1. Saúde	
13.2. Educação	
13.3. Ação Social	
13.4. Solidariedade e Ajuda Humanitária	
13.5. Desporto	
13.6. Cultura	
13.7. Ambiente	
13.8. Emprego e Formação Profissional	
13.9. Inclusão social	
13.10. Direitos Humanos	

Para si que é voluntário, o questionário termina aqui, obrigado pela sua colaboração.

14. Anteriormente referiu não estar a praticar voluntariado neste momento, nesse sentido responda às seguintes questões:

14.1. Já fiz voluntariado

14.2. Por que motivo deixou de fazer voluntariado?

14.3. Falta de tempo	
14.4. Sentido de missão cumprida	
14.5. Atingiu os objetivos esperados	
14.6. Falta de acompanhamento por parte da organização promotora	
14.7. Outro	

14.8. Qual? _____

14.9. Em que área (s) exercia trabalho voluntário?

14.10. Ação social	
14.11. Educação	
14.12. Cultural	
14.13. Ambiente	
14.14. Desporto	

14.15. Saúde	
14.16. Religião	
14.17. Ajuda humanitária	
14.18. Outra	

14.19. Qual? _____

14.20. Exercia voluntariado numa instituição?

14.21. Sim

14.22. Qual? _____

14.23. Não

14.24. Com que frequência o realizava?

14.25. Regularmente (pelo menos 1 vez por mês)

14.26. Ocasionalmente (pelo menos 1 vez por ano)

14.27. Gostaria de voltar a fazer voluntariado?

14.28. Sim

14.29. Diga qual o motivo que o levaria a retomar a sua atividade de voluntário.

14.30. Não (avance para a questão número 16).

15. Nunca fiz voluntariado

15.1. Por que motivo?

15.2. Falta de disponibilidade	
15.3. Não dispõe de informação acerca disso	
15.4. Não conhece ninguém que faça voluntariado	
15.5. Nunca pensou sobre o assunto	
15.6. O percurso académico é demasiado exigente	
15.7. Não se sente motivado para essa prática social	
15.8. Outro	

15.9. Qual? _____

15.10. Gostaria de o fazer no futuro?

15.11. Sim

15.12. Em que área: _____

15.13. Não

16. De acordo com os motivos apresentados em seguida, na sua opinião quais são aqueles que incitam os indivíduos a tornarem-se voluntários?

- 16.1. Família
- 16.2. Amigos
- 16.3. Complemento à Formação Académica
- 16.4. Ocupação de tempo-livre
- 16.5. Adquirir experiência profissional
- 16.6. Realização pessoal
- 16.7. Conhecer novas realidades
- 16.8. Participar ativamente na sociedade
- 16.9. Outro
- 16.10. Diga qual: _____

17. Na tabela seguinte, assinale verdadeiro ou falso consoante a sua opinião acerca das seguintes afirmações:

	Verdadeiro	Falso
17.1. O trabalho voluntário não engloba nenhuma recompensa para quem o pratica.		
17.2. Ser voluntário é querer fazer algo mais pela sociedade.		
17.3. O altruísmo é a base do voluntariado.		
17.4. A falta de tempo e de informação são apresentados como motivos para não exercer voluntariado.		
17.5. O trabalho voluntário é característico dos mais idosos.		
17.6. Os jovens veem no voluntariado uma forma de enriquecer o seu currículo académico e ganhar experiência profissional.		
17.7. O voluntário não espera receber nada em troca com a sua ação.		
17.8. Só é considerado voluntariado a ação exercida com base num compromisso entre o indivíduo e a instituição que o acolhe.		
17.9. O voluntariado ocasional é característico dos jovens, nomeadamente estudantes.		
17.10. Os voluntários jovens detêm na sua maioria um curso do ensino superior.		
17.11. A socialização contribui positivamente para o início da prática voluntária.		
17.12. O ingresso no ensino superior conduz ao abandono do voluntariado.		
17.13. Atualmente o voluntariado é uma prática indispensável.		

Obrigado pela sua colaboração, o questionário chegou ao fim.

Anexo II - Legislação

5694 DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-A N.º 254 — 3-11-1998

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - Lei n.º
71/98 de 3 de novembro

Bases do enquadramento jurídico do voluntariado

A Assembleia da República decreta, nos termos do artigo 161.º, alínea c), do artigo 166.º, n.º 3, e do artigo 112.º, n.º 5, da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei visa promover e garantir a todos os cidadãos a participação solidária em ações de voluntariado e definir as bases do seu enquadramento jurídico.

Artigo 2.º

Voluntariado

1 — Voluntariado é o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.

2 — Não são abrangidas pela presente lei as atuações que, embora desinteressadas, tenham um caráter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança.

Artigo 3.º

Voluntário

1 — O voluntário é o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas

aptidões próprias e no seu tempo-livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora.

2 — A qualidade de voluntário não pode, de qualquer forma, decorrer de relação de trabalho subordinado ou autónomo ou de qualquer relação de conteúdo patrimonial com a organização promotora, sem prejuízo de regimes especiais constantes da lei.

Artigo 4.º

Organizações promotoras

1 — Para efeitos da presente lei, consideram-se organizações promotoras as entidades públicas da administração central, regional ou local ou outras pessoas coletivas de direito público ou privado, legalmente constituídas, que reúnam condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade, que devem ser definidas nos termos do artigo 11.º

2 — Poderão igualmente aderir ao regime estabelecido no presente diploma, como organizações promotoras, outras organizações socialmente reconhecidas que reúnam condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade.

3 — A atividade referida nos números anteriores tem de revestir interesse social e comunitário e pode ser desenvolvida nos domínios cívico, da ação social, da saúde, da educação, da ciência e cultura, da defesa do património e do ambiente, da defesa do consumidor, da cooperação para o desenvolvimento, do emprego e da formação profissional, da reinserção social, da proteção civil, do desenvolvimento da vida associativa e da economia social, da promoção do voluntariado e da solidariedade social, ou em outros de natureza análoga.

CAPÍTULO II

Princípios

Artigo 5.º

Princípio geral

O Estado reconhece o valor social do voluntariado como expressão do exercício livre de uma cidadania ativa e solidária e promove e garante a sua autonomia e pluralismo.

Artigo 6.º

Princípios enquadradores do voluntariado

1 – O voluntariado obedece aos princípios da solidariedade, da participação, da cooperação, da complementaridade, da gratuidade, da responsabilidade e da convergência.

2 – O princípio da solidariedade traduz-se na responsabilidade de todos os cidadãos pela realização dos fins do voluntariado.

3 – O princípio da participação implica a intervenção das organizações representativas do voluntariado em matérias respeitantes aos domínios em que os voluntários desenvolvem o seu trabalho.

4 – O princípio da cooperação envolve a possibilidade de as organizações promotoras e as organizações representativas do voluntariado estabelecerem relações e programas de ação concertada.

5 – O princípio da complementaridade pressupõe que o voluntário não deve substituir os recursos humanos considerados necessários à prossecução das atividades das organizações promotoras, estatutariamente definidas.

6 – O princípio da gratuidade pressupõe que o voluntário não é remunerado, nem pode receber subvenções ou donativos, pelo exercício do seu trabalho voluntário.

7 – O princípio da responsabilidade reconhece que o voluntário é responsável pelo exercício da atividade que se comprometeu realizar, dadas as expectativas criadas aos destinatários do trabalho voluntário.

8 – O princípio da convergência determina a harmonização da ação do voluntário com a cultura e objetivos institucionais da entidade promotora.

CAPÍTULO III

Direitos e deveres do voluntário

Artigo 7.º

Direitos do voluntário

1 – São direitos do voluntário:

a) Ter acesso a programas de formação inicial e contínua, tendo em vista o aperfeiçoamento do seu trabalho voluntário;

N.º 254 – 3-11-1998 DIÁRIO DA REPÚBLICA – I SÉRIE-A 5695

b) Dispor de um cartão de identificação de voluntário;

c) Enquadrar-se no regime do seguro social voluntário, no caso de não estar abrangido por um regime obrigatório de segurança social;

d) Exercer o seu trabalho voluntário em condições de higiene e segurança;

e) Faltar justificadamente, se empregado, quando convocado pela organização promotora, nomeadamente por motivo do cumprimento de missões urgentes, em situações de emergência, calamidade pública ou equiparadas;

f) Receber as indemnizações, subsídios e pensões, bem como outras regalias legalmente definidas, em caso de acidente ou doença contraída no exercício do trabalho voluntário;

g) Estabelecer com a entidade que colabora um programa de voluntariado que regule as suas relações mútuas e o conteúdo, natureza e duração do trabalho voluntário que vai realizar;

h) Ser ouvido na preparação das decisões da organização promotora que afetem o desenvolvimento do trabalho voluntário;

i) Beneficiar, na qualidade de voluntário, de um regime especial de utilização de transportes públicos, nas condições estabelecidas na legislação aplicável;

j) Ser reembolsado das importâncias despendidas no exercício de uma atividade programada pela organização promotora,

desde que inadiáveis e devidamente justificadas, dentro dos limites eventualmente estabelecidos pela mesma entidade.

2 – As faltas justificadas previstas na alínea e) contam, para todos os efeitos, como tempo de serviço efetivo e não podem implicar perda de quaisquer direitos ou regalias.

3 – A qualidade de voluntário é compatível com a de associado, de membro dos corpos sociais e de beneficiário da organização promotora através da qual exerce o voluntariado.

Artigo 8.º

Deveres do voluntário

São deveres do voluntário:

- a) Observar os princípios deontológicos por que se rege a atividade que realiza, designadamente o respeito pela vida privada de todos quantos dela beneficiam;
- b) Observar as normas que regulam o funcionamento da entidade a que presta colaboração e dos respetivos programas ou projetos;
- c) Atuar de forma diligente, isenta e solidária;
- d) Participar nos programas de formação destinados ao correto desenvolvimento do trabalho voluntário;
- e) Zelar pela boa utilização dos recursos materiais e dos bens, equipamentos e utensílios postos ao seu dispor;
- f) Colaborar com os profissionais da organização promotora, respeitando as suas opções e seguindo as suas orientações técnicas;
- g) Não assumir o papel de representante da organização promotora sem o conhecimento e prévia autorização desta;
- h) Garantir a regularidade do exercício do trabalho voluntário de acordo com o programa acordado com a organização promotora;
- i) Utilizar devidamente a identificação como voluntário no exercício da sua atividade.

CAPÍTULO IV

Relações entre o voluntário e a organização promotora

Artigo 9.º

Programa de voluntariado

Com respeito pelas normas legais e estatutárias aplicáveis, deve ser acordado entre a organização promotora e o voluntário um programa de voluntariado do qual possam constar, designadamente:

- a) A definição do âmbito do trabalho voluntário em função do perfil do voluntário e dos domínios da atividade previamente definidos pela organização promotora;
- b) Os critérios de participação nas atividades promovidas pela organização promotora, a definição das funções dela decorrentes, a sua duração e as formas de desvinculação;
- c) As condições de acesso aos locais onde deva ser desenvolvido o trabalho voluntário, nomeadamente lares, estabelecimentos hospitalares e estabelecimentos prisionais;
- d) Os sistemas internos de informação e de orientação para a realização das tarefas destinadas aos voluntários;
- e) A avaliação periódica dos resultados do trabalho voluntário desenvolvido;
- f) A realização das ações de formação destinadas ao bom desenvolvimento do trabalho voluntário;
- g) A cobertura dos riscos a que o voluntário está sujeito e dos prejuízos que pode provocar a terceiros no exercício da sua atividade, tendo em consideração as normas aplicáveis em matéria de responsabilidade civil;
- h) A identificação como participante no programa a desenvolver e a certificação da sua participação;
- i) O modo de resolução de conflitos entre a organização promotora e o voluntário.

Artigo 10.º
Suspensão e cessação do trabalho voluntário

1 – O voluntário que pretenda interromper ou cessar o trabalho voluntário deve informar a entidade promotora com a maior antecedência possível.

2 – A organização promotora pode dispensar a colaboração do voluntário a título temporário ou definitivo sempre que a alteração dos objetivos ou das práticas institucionais o justifique.

3 – A organização promotora pode determinar a suspensão ou a cessação da colaboração do voluntário em 5696 *DIÁRIO DA REPÚBLICA – I SÉRIE-A N.º 254 – 3-11-1998* todos ou em alguns domínios de atividade no caso de incumprimento grave e reiterado do programa de voluntariado por parte do voluntário.

CAPÍTULO V
Disposições finais e transitórias
Artigo 11.º

Regulamentação

1 – O Governo deve proceder à regulamentação da presente lei no prazo máximo de 90 dias, estabelecendo as

condições necessárias à sua integral e efetiva aplicação, nomeadamente as condições da efetivação dos direitos consignados nas alíneas *f)*, *g)* e *j)* do n.º 1 do artigo 7.º

2 – A regulamentação deve ter ainda em conta a especificidade de cada setor da atividade em que se exerce o voluntariado.

3 – Até à sua regulamentação mantém-se em vigor a legislação que não contrarie o preceituado na presente lei.

Artigo 12.º
Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Aprovada em 24 de setembro de 1998.

O Presidente da Assembleia da República,
António de Almeida Santos.

Promulgada em 21 de outubro de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República, **JORGE SAMPAIO**.

Referendada em 23 de outubro de 1998.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

6694 DIÁRIO DA REPÚBLICA – I SÉRIE-A N.º 229 – 30-9-1999

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

Decreto-Lei n.º 389/99 de 30 de setembro

O voluntariado é uma atividade inerente ao exercício de cidadania que se traduz numa relação solidária para com o próximo, participando, de forma livre e organizada, na solução dos problemas que afetam a sociedade em geral.

Reconhecendo que o trabalho voluntário representa hoje um dos instrumentos básicos de participação da sociedade civil nos mais diversos domínios de atividade, a Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, estabeleceu as bases do enquadramento jurídico do voluntariado.

Procurando ir ao encontro das necessidades sentidas pelos voluntários e pelas diversas entidades que enquadram a sua ação, a lei do voluntariado delimitou com precisão o conceito de voluntariado, definiu os princípios enquadradores do trabalho voluntário e contemplou um conjunto de medidas consubstanciadas em direitos e deveres dos voluntários e das organizações promotoras no âmbito de um compromisso livremente assumido de dar cumprimento a um programa de voluntariado. Tendo em conta a liberdade que caracteriza e define o voluntariado, a regulamentação da citada lei, nos termos do seu artigo 11.º, cinge-se às condições necessárias à sua integral e efetiva aplicação e às condições de efetivação dos direitos consignados no n.º 1 do seu artigo 7.º, designadamente nas alíneas f), g) e j). Partindo destas premissas, designadamente no que respeita à garantia da liberdade inerente ao voluntariado e do exercício de cidadania expresso numa participação solidária, a presente regulamentação, no desenvolvimento da Lei n.º 71/98, contempla também instrumentos operativos que permitam efetivar direitos dos voluntários e promover e consolidar um voluntariado sólido, qualificado e reconhecido socialmente.

Neste contexto, são, assim, objeto de regulamentação as condições de efetivação dos direitos consignados no n.º 1 do artigo 7.º, bem como outras medidas que, de harmonia com o disposto no seu artigo 11.º, se mostram necessárias à sua integral e efetiva aplicação.

É, designadamente, o caso de se contemplar a criação do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, cuja composição será definida por resolução do Conselho de Ministros, o mesmo acontecendo ao organismo que prestará o apoio necessário ao seu funcionamento e execução das deliberações. Esta entidade, para além de operacionalizar diversas ações relacionadas com a efetivação dos direitos dos voluntários, designadamente no que respeita à cobertura de responsabilidade civil das organizações promotoras, em caso de acidente ou doença contraída no exercício do trabalho voluntário e à emissão e controlo do cartão de identificação do voluntário, terá como objetivos fundamentais:

Desenvolver as ações indispensáveis ao efetivo conhecimento e caracterização do universo dos voluntários;

Apoiar as organizações promotoras e dinamizar ações de formação, bem como outros programas que contribuam para uma melhor qualidade e eficácia do trabalho voluntário, e desenvolver todo um conjunto de medidas que, situadas numa lógica de promoção e divulgação do voluntariado, concorram, de forma sistemática, para a sua valorização e para sensibilizar a sociedade em geral para a importância da ação voluntária como instrumento de solidariedade e desenvolvimento.

Nesta base, o presente diploma procede à regulamentação da Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, criando as condições que permitam promover e apoiar o voluntariado tendo em conta a relevância da sua ação na construção de uma

sociedade mais solidária e preocupada com os seus membros. Assim:

Em cumprimento do previsto no artigo 11.º da Lei n.º 17/98, de 3 de novembro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

CAPÍTULO VI

Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado

Artigo 20.º Constituição

1 – Com o fim de desenvolver e qualificar o voluntariado é criado o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado.

2 – Por resolução do Conselho de Ministros serão definidas a composição do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, assim como o organismo que lhe prestará o apoio necessário ao seu funcionamento e execução das suas deliberações.

Artigo 21.º Competências

Compete ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado desenvolver as ações indispensáveis à promoção, coordenação e qualificação do voluntariado, nomeadamente:

- a) Desenvolver as ações adequadas ao conhecimento e caracterização do universo dos voluntários;
- b) Emitir o cartão de identificação do voluntário nos termos estabelecidos no artigo 3.º;

c) Promover as ações inerentes à contratação de uma apólice de seguro de grupo entre as organizações promotoras e as entidades seguradoras tendo em vista a cobertura da responsabilidade civil nos termos referidos nos artigos 16.º e seguintes;

d) Providenciar junto das empresas transportadoras, sempre que se justifique, a celebração de acordos para utilização de transportes públicos pelos voluntários, considerando o disposto no n.º 2 do artigo 19.º;

e) Dinamizar, com as organizações promotoras, ações de formação, bem como outros programas que contribuam para uma melhor qualidade e eficácia do trabalho voluntário;

f) Conceder apoio técnico às organizações promotoras mediante a disponibilização de informação com interesse para o exercício do voluntariado;

g) Promover e divulgar o voluntariado como forma de participação social e de solidariedade entre os cidadãos, através dos meios adequados, incluindo os meios de comunicação social;

h) Sensibilizar a sociedade em geral para a importância do voluntariado como forma de exercício do direito de cidadania, promovendo a realização de debates, conferências e iniciativas afins;

i) Promover a realização de estudos sociológicos, designadamente em colaboração com as universidades, sobre a atitude, predisposição e motivação dos cidadãos para a realização do trabalho voluntário;

j) Sensibilizar as empresas para, em termos curriculares, valorizarem a

experiência adquirida em ações de voluntariado, especialmente dos jovens à procura de emprego;

l) Acompanhar a aplicação do presente diploma e propor as medidas que se revelem adequadas ao seu aperfeiçoamento e desenvolvimento.